



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA - EAUFB
Núcleo De Pós-Graduação em Administração – NPGA
Mestrado Profissional em Administração



ROSANE APARECIDA ARCHANJO DOS REIS

**ÉTICA DO SUJEITO DE PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE NORMAS
E PRÁTICAS RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM
PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELA FIOCRUZ-BAHIA**

Salvador

2012

ROSANE APARECIDA ARCHANJO DOS REIS

**ÉTICA DO SUJEITO DE PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE NORMAS
E PRÁTICAS RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM
PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELA FIOCRUZ-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva

Salvador

2012

Escola de Administração - UFBA

R375 Reis, Rosane Aparecida Archanjo dos
Ética do sujeito de pesquisa: um estudo sobre normas e práticas
relativas à utilização de animais em pesquisas desenvolvidas pela
FIOCRUZ-BA / Rosane Aparecida Archanjo dos Reis. - 2012.
79 f. : il.

Orientadora : Profa. Dra. Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal da Bahia,
Escola de Administração, Salvador, 2012.

1. Fundação Oswaldo Cruz (BA) – Ciência e ética - Estudo de casos.
I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Silva,
Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva. III. Título.

CDD 179.4

ROSANE APARECIDA ARCHANJO DOS REIS

ÉTICA DO SUJEITO DE PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE NORMAS E PRÁTICAS RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELA FIOCRUZ-BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Banca Examinadora

Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva – Orientadora _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Jair Nascimento Santos _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Salvador

Luiz Alex Silva Saraiva _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Minas Gerais

A

João, *in memóriam*, e Maria do Rosário, meus queridos pais, que me inspiraram o respeito e o carinho com os animais.

Denilson, meu amado esposo, pelo apoio incondicional.

Pedro e Victor, meus filhos amados, tesouros da minha vida, por me fazerem aprender a coisa mais simples e grandiosa da vida: o amor.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são muitos...

A Deus, meu criador e protetor, que me deu a vida e mais essa oportunidade de aprendizado. Eu consegui porque foi Contigo.

Ao meu pai, *in memoriam*, e à minha mãe, pela educação que me deram, o apoio com os meus estudos, mostrando a importância de cada vez mais crescer no aprendizado.

A Denilson pelo companheirismo, incentivo e carinho nas horas difíceis.

Aos meus filhinhos Pedro e Victor, por tolerarem as minhas ausências, nos momentos em que precisavam da minha presença. As jóias da minha vida.

À Mônica Mac-Allister, minha sábia orientadora, pela atenção e disponibilidade. Por acreditar em mim e neste trabalho até quando eu mesma não acreditava.

Aos meus colegas do Mestrado Profissional da Fiocruz, companheiros de luta, pelos momentos difíceis e alegres que vivenciamos juntos.

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), da UFBA, pela atenção e solicitude dos funcionários, pela infra-estrutura que nos deram.

À Fiocruz-Bahia, pelo investimento na minha qualificação profissional, a Mitermayer Reis, Lourdes Farré, Rejane Menezes, Fernanda Santos, Fabíola Cardillo, Valéria Borges, Simone Garcia, Gilênio Borges e Cristiane Flora.

À Sônia Oliveira e Eládio Santiago, pela força que me deram.

A Vítor Mafilli e a todo o pessoal do biotério.

A todos os que responderam ao questionário que enviei, por disponibilizarem o seu tempo para que este trabalho fosse possível.

À Manuela Caldas, Isabela Archanjo, João Simplício, Rui Manuel, pela ajuda.

À Ana Maria Fiscina e Adelvani Boa Morte, bibliotecárias da Fiocruz-Bahia, pela contribuição que deram a esse trabalho.

Peço desculpas pelos que não citei nominalmente, pela falha da memória, porém sintam os meus sinceros agradecimentos.

Essa vitória é de todos vocês também!!!

“A grandeza de uma nação e seu progresso moral
podem ser julgados pela maneira como seus
animais são tratados”.

Mahatma Gandhi

REIS, Rosane Aparecida Archanjo dos. **Ética do Sujeito de Pesquisa: um estudo sobre normas e práticas relativas à utilização de animais em pesquisas desenvolvidas pela Fiocruz-Bahia.** 79 il. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional) - Núcleo de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, 2012.

RESUMO

O objetivo geral é compreender como se processa a ética em relação ao sujeito da pesquisa animal na Fiocruz-Bahia, o que se desdobra nos seguintes objetivos específicos: caracterizar ética e verificar a ética na Fiocruz-Bahia. O referencial teórico trata de ética, moral e cultura. Este referencial, associado às normas regulamentadoras da ética do sujeito de pesquisa, resulta em um modelo de análise estruturado pelo conceito de cultura em relação ao sujeito da pesquisa animal, e as dimensões: normas, práticas, consenso e dissenso entre normas e práticas. Os procedimentos metodológicos utilizados são: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e estudo de caso com informações levantadas por meio de observação e de questionários. Foi verificado que as pessoas envolvidas na pesquisa científica são muito conscientes em relação ao uso dos animais e procuram fazer as suas práticas de forma humanitária, demonstrando ter conhecimento suficiente da legislação que trata do assunto, havendo um consenso entre as normas e as práticas. Essas pessoas vêem a prática do uso dos animais na pesquisa como algo que é indispensável para a obtenção de resultados seguros nos experimentos científicos, que geram medicamentos e vacinas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Palavras-chave: Ética, Moral, Cultura, Norma, Prática.

ABSTRACT

The overall goal is to understand how the ethics process in relation to the subject of animal research at Fiocruz-Bahia, which unfolds in the following specific objectives: to characterize ethics and ethics in check Fiocruz-Bahia. The theoretical question of ethics, morality and culture. This framework, coupled with regulatory standards of ethics of the research subject, results in an analysis model structured by the concept of culture in relation to the subject of animal research, and dimensions: norms, practices, consensus and dissent between norms and practices. The methodological procedures used are: literature, documentary research, and case study information collected through observation and questionnaire. It was found that the people involved in scientific research are very conscious about the use of animals and seek to make their practices humanely, demonstrating that it has sufficient knowledge of the legislation dealing with the subject, there is a consensus between the standards and practices. These people see the practice of using animals in research as something that is essential for obtaining reliable results in scientific experiments that produce drugs and vaccines to improve the quality of life of society.

Keywords: Ethics, Morality, Culture, standard, practice.

SUMÁRIO

| | | |
|-----|-----------------------------------------------------------------------|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 09 |
| 2. | ÉTICA DO SUJEITO DA PESQUISA | 12 |
| 2.1 | ÉTICA , MORAL E CULTURA | 12 |
| 2.2 | NORMAS REGULAMENTADORAS | 29 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 38 |
| 4. | ÉTICA DO SUJEITO DA PESQUISA ANIMAL NA FIOCRUZ-BAHIA | 48 |
| 4.1 | FIOCRUZ-BAHIA E OS COMITÊS DE ÉTICA | 48 |
| 4.2 | ANÁLISE DAS NORMAS | 51 |
| 4.3 | ANÁLISE DAS PRÁTICAS | 57 |
| 4.4 | ANÁLISE DO CONSENSO E DISSENSO | 66 |
| 5. | CONCLUSÃO | 70 |
| | REFERÊNCIAS | 73 |
| | APÊNDICE | 77 |

1 INTRODUÇÃO

A Fiocruz-Bahia tem como proposta a promoção da melhoria na qualidade de vida da população, por meio da geração e difusão de conhecimento científico e tecnológico no Estado da Bahia e no Brasil, com respeito à vida e a dignidade das pessoas, se comprometendo com a melhoria efetiva das condições de saúde da população, com a ética e a transparência, com a equidade em saúde, com a valorização das pessoas, com a qualidade e excelência nas ações, e com a diversidade humana e cultural (FIOCRUZ-BAHIA, 2011).

Os avanços relativos à ciência e à tecnologia fazem parte das preocupações da sociedade. Surgiram novos temas como clonagem, modificações genéticas, desenvolvimento de novos medicamentos e casos de perversidades com os animais. Nesse momento em que o respeito pela cidadania está alcançando maior visibilidade, é necessário fortalecer os mecanismos de proteção da sociedade, dos animais sujeitos da pesquisa, contra arbitrariedades de pessoas que não têm o compromisso com o bem estar dos sujeitos da pesquisa, que tanto servem para a evolução da humanidade.

Na Fiocruz-Bahia, o Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, o CEP, e a Comissão de Ética no Uso de Animais, a CEUA, são responsáveis pela análise ética, avaliação e acompanhamento dos protocolos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos e animais (INTRANET FIOCRUZ-BAHIA, 2011).

O trabalho dos Comitês de Ética da Fiocruz-Bahia é receber os projetos de pesquisa encaminhados pelos pesquisadores, fazer uma verificação, se está de acordo com as normas nacionais, e encaminhá-los para apreciação ética feita por dois relatores (MANUAL OPERACIONAL DE CEP's, 2002).

No decorrer de um projeto de pesquisa, várias pessoas são contatadas, entrevistadas, e por vezes, submetidas a intervenções. Vários animais são utilizados, depois são sacrificados, tendo a garantia de que será sem dor ou sofrimento. Existe um custo social e também um custo financeiro nesse processo que precisa de uma resposta satisfatória.

Zelar pela ética em relação aos sujeitos da pesquisa pode ser mais do que somente proteger os seres humanos quanto ao resguardo do sigilo das suas informações e mais do que fazer um animal passar por processos na pesquisa sem dor ou sofrimento. É necessário que seja gerado algo novo ou melhor do que aquilo que se tem, para com isso melhorar a qualidade de vida das pessoas e fazer com que seja acessível ao conhecimento de todos, pois somente assim é que se reconhece como inovação.

Para o CEP o sujeito da pesquisa é o ser humano e para a CEUA o animal submetido aos procedimentos da pesquisa.

Compreender como a ética em relação aos sujeitos da pesquisa está sendo difundida, se está sendo compreendida, se está sendo colocada em prática pelos indivíduos é importante, pois isso faz chegar ao grande público o que é gerado no mundo acadêmico e para fazer chegar aos acadêmicos o que a população pensa e acha das suas propostas. O nascimento da cultura de redes, internet, intranet, tornou mais fácil a acessibilidade das informações.

É importante compreender como se processa a ética em relação aos sujeitos da pesquisa na Fiocruz – Bahia, tendo como foco o trabalho dos comitês de ética, dentro da sua proposta de preservação dos princípios éticos, sem ferir, constranger ou promover o sofrimento e mais importante, uma vez adquirida essa compreensão, pode-se chegar à melhor forma de compartilhar este conhecimento, dando respostas às demandas sociais.

O que se questiona é como se processa a ética do sujeito da pesquisa na Fiocruz-Bahia.

O objetivo geral deste trabalho é compreender como se processa a ética em relação ao sujeito da pesquisa animal na Fiocruz-Bahia, o que se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar a ética do sujeito da pesquisa;
- b) Avaliar a ética do sujeito da pesquisa na Fiocruz-Bahia.

O estudo é feito entre os estudantes e os pesquisadores que, em seus projetos de pesquisa, manipulam com animais para realizarem os seus experimentos científicos, servidores do biotério da Fiocruz-Bahia e funcionários terceirizados do biotério, que trabalham no suporte administrativo e técnico.

Para o cumprimento dos objetivos, é adotada uma estratégia metodológica estruturada em duas etapas: abordagem teórica e estudo empírico.

Na primeira etapa é construído um referencial teórico, com base em uma pesquisa bibliográfica, no qual se desenvolve fundamentalmente o conceito de cultura e logo em seguida, uma análise das normas regulamentadoras da ética do sujeito da pesquisa através de uma pesquisa documental, analisando documentos institucionais, veículos eletrônicos, legislação nacional e internacional sobre a temática.

Na segunda etapa, complementar à primeira, é feito um estudo empírico através de um estudo de caso, composto por questionários, pesquisa documental e observação própria.

Essa dissertação está dividida em 5 seções. Na primeira seção se encontra a Introdução, subdividida em tema-problema, objetivos, estratégia metodológica. Na segunda seção se encontra a abordagem da ética do sujeito da pesquisa que compreende a Ética, Moral e Cultura e as Normas Regulamentadoras. Na terceira seção estão os Procedimentos Metodológicos utilizados no estudo. Na quarta seção, encontra-se o Estudo de Caso com a análise e na quinta seção encontra-se a Conclusão.

2 ÉTICA DO SUJEITO DA PESQUISA

Essa seção integra três subseções. Na subseção ÉTICA, MORAL E CULTURA inicialmente é definido o conceito de ética e nesse desenvolvimento são identificados dois conceitos correlatos, quais sejam: moral e cultural. Em seguida desenvolve-se o conceito de cultura, desdobrando-o em dimensões e indicadores para a composição do modelo de análise. Na subseção NORMAS RELATIVAS À ÉTICA DO SUJEITO DA PESQUISA se aprofunda a compreensão do problema identificando suas características sociais e legais. Essa compreensão complementa a definição dos indicadores na composição do modelo de análise. Na subseção MODELO DE ANÁLISE DA ÉTICA DO SUJEITO DA PESQUISA, que relaciona e sintetiza as subseções anteriores, constrói-se o referido modelo de análise sob o entendimento de “ética” como “cultura”, o que se desdobra em dimensões e indicadores definidos em função da “cultura” relacionada ao sujeito de pesquisa.

2.1 ÉTICA, MORAL E CULTURA

De acordo com Passos (2011) as palavras, ética e moral, “possuem origens distintas e significados idênticos”. Segundo a autora a moral vem do latim *moris* que significa costume, conduta, modo de agir, já a ética vem do grego *ethos*, que quer dizer a mesma coisa: costume, modo de agir. Por isso muitas vezes são confundidas como a mesma coisa (PASSOS, 2011, p. 22).

Mas, continua Passos (2011), apesar do vínculo estreito entre elas, elas são diferentes. A moral, como norma de conduta, se refere a situações cotidianas e particulares. A ética, que não tem um papel normatizador dos atos isolados, se torna a examinadora da moral.

Então se pode dizer que “a moral normatiza e direciona a prática das pessoas, a ética teoriza sobre as condutas, estudando as concepções que dão suporte à moral” e que “a ética é a ciência que estuda o comportamento moral dos homens na sociedade” (SANCHEZ VASQUEZ, apud PASSOS 2011, p. 23).

Ética e moral às vezes se confundem, mas enquanto a moral tem uma base histórica, o conteúdo da ética é teórico. A ética estuda a moral e as moralidades e analisa as escolhas das pessoas sobre uma situação concreta, verificando se essas opções estão em conformidade com os padrões sociais. O conhecimento ético aplicado às moralidades capta os fundamentos das tomadas de decisões. A ética faz parte dos estudos da filosofia e o objeto do estudo da ética é a moral, o dever fazer, a qualificação do bem e do mal e a melhor forma de agir coletivamente. Avalia costumes, os aceita ou os reprovava, diz quais ações sociais são moralmente válidas ou não (SROUR, 1998).

A moral se encontra no centro da ideologia. Define o que é permitido e o proibido, o justo e o injusto, o lícito e o ilícito, o certo e o errado (SROUR, 1998).

Conforme demonstra Srour (1998), as leis, os regulamentos e as normas formam as estruturas das normas morais que apontam as condutas obrigatórias aos cidadãos, condutas essas que toda a sociedade deve se pautar para ter uma unidade social. Em particular, as normas jurídicas são cumpridas mesmo sem a concordância ideológica dos cidadãos uma vez que são coercitivas.

Segundo Srour (1998), não existe grupo humano que não siga a um sistema de normas morais e tudo que parece natural e justo para uma coletividade não o é necessariamente para outra; o que é denominado de relativismo cultural. Esse relativismo se dá entre coletividades ou mesmo dentro de uma mesma coletividade; e uma coletividade pode até adotar normas morais para uso interno e deixar outras para uso externo. Por outro lado, as normas morais mudam com o tempo.

Segundo Passos (2011) para Sócrates, Platão e Aristóteles a ética era algo de muito valor e os filósofos se voltavam para o estudo do “ser” e seus problemas sociais e morais.

Para esses filósofos “as questões morais não são puramente convenções influenciadas pelas circunstâncias, mas problemas a serem resolvidos à luz da razão” (PASSOS, 2011, p. 33).

Passos (2011) comenta que a antiguidade grega rejeitava a prática e a atividade manual era considerada indigna dos homens livres. Estes deviam ocupar-

se das atividades intelectuais e os escravos ficavam com as atividades manuais, atenuando assim ainda mais a distância entre a teoria e a prática.

Passos (2011) acrescenta que na idade média, diante da situação política e social complexa, houve o predomínio do cristianismo como religião dominante, influenciando a prática moral com valores próprios do cristianismo como autonegação, humildade e obediência. A idade média foi muito influenciada pelos pensamentos de Santo Agostinho e Tomás de Aquino, grandes pensadores da época, e a moral era vista como parte do domínio divino, suas normas e valores como criações de Deus. Desta forma, os valores morais só teriam relevância por sua ligação com a vontade de Deus, mas o homem era livre para afastar-se desses valores divinos podendo seguir o caminho que quisesse.

Passos (2011) continua, observando que na idade moderna, com o fortalecimento da burguesia, a ascensão dos valores capitalistas e a perda da hegemonia da igreja católica, surge a separação da razão e da fé e que filósofos como Immanuel Kant e Karl Max exerceram grande influência nesse período, onde a liberdade de escolha era o principal caminho que podia levar o homem à felicidade. A ética que surgiu nessa época é de tendência antropocêntrica.

Segundo Passos (2011), na idade contemporânea, com os grandes progressos científicos e a valorização do ser humano, a ética passou a ter o ser humano como a sua origem e o seu fim, este visto agora como potencial consumidor dos produtos originários do capitalismo. As regras morais se tornaram as normas de convivência. Influenciada pela Revolução Francesa, a ética passou a ser a garantia de cumprimento dos direitos fundamentais dos indivíduos.

Mas, segundo Srour (1998) não há uma única moral contemporânea e sim uma multiplicidade de moralidades por conta dos diferentes códigos de ética existentes. Na visão do autor, todas essas morais vinculam-se diretamente a ideologias religiosas, políticas e econômicas e existem inúmeros sistemas de referências que as apóiam, muitas vezes, em interesses contraditórios. Nessa visão, o autor defende assumir a diversidade da moral e das moralidades.

Srour (1998) teoriza ainda que a moral não está ligada a atos pessoais, e que expressa relações de força, e forma núcleos de ideologias.

Mas, embora o autor afirme que a moral não é um ato pessoal, ele admite que as pessoas façam escolhas que estão ou não em conformidade com os padrões sociais e que há uma multiplicidade de moralidades por conta dos diferentes códigos éticos existentes. Essas variadas morais vinculam-se diretamente a ideologias religiosas, políticas e econômicas, existindo inúmeros sistemas de referências que as apóiam, e muitas vezes, com interesses contraditórios.

Srouer (1998) fala que as pessoas não são totalmente boas ou totalmente más, não bastando anunciar normas morais e regras de comportamentos tidos como aceitáveis para que as pessoas ajam com probidade, tem que haver mecanismos de controles e sanções para que as normas morais possam ser seguidas.

Toda moral corresponde a uma ideologia que aparentemente tem um caráter universal, mas, mesmo diante disso, as morais correspondem a perspectivas individuais - classista, estamental, corporativa, étnica. Porém, as escolhas que as pessoas fazem, são de exclusiva responsabilidade delas (SROUR, 1998).

Toda pessoa possui uma moral, em princípio, ou reúne as condições necessárias para desenvolver uma e, mesmo na presença de uma ideologia dominante, a coletividade procura orientar-se pela própria moral. Segundo Srouer (1998) trava-se uma batalha entre a possibilidade do egoísmo ético (de base individual) e os variados exclusivismos coletivos. Srouer (1998) ainda coloca a seguinte questão: Qual das morais deve prevalecer - a do plano macrossocial ou a do plano microssocial? Dessa forma, o indivíduo tem uma participação na construção da moral, influenciando o coletivo.

Srouer (1998) observa que toda tomada de decisão processa-se num contexto de interesses contraditórios, há vários conflitos de interesses envolvidos. Ele também entende a existência da ética de convicção, baseada em leis e normas, que não admitem desvios e a ética de responsabilidade, ou ideais de vida coletiva e indicam estes como os fundamentos e a justificação das decisões e ações das pessoas (SROUR, 1998).

Ainda segundo Srouer (2008) a ética de convicção “indaga se a conduta condiz com as expectativas públicas, se está conforme aos deveres ou às virtudes ensinadas” (SROUR, 2008, p. 123), e diz respeito à prática do senso do dever, sem

maior preocupação com as conseqüências advindas dessa prática (SROUR, 2008). O que está em jogo então é a “pureza das intenções e, por conseguinte, a coerência entre ação e intenção” (SROUR, 2008, p. 124).

A ética de convicção está baseada num conjunto de crenças e valores introjetados pelos imperativos morais, seguidos fielmente, sem a preocupação de se obter o bem comum como resultado das ações. Tem a ver com a consciência de cada indivíduo e com as forças das suas convicções.

Já a ética de responsabilidade, como o nome diz, responsabiliza o indivíduo por aquilo que ele faz e adverte para que sejam tomadas “decisões responsáveis”. Nessa teoria o que está em jogo é o resultado final das ações, as conseqüências advindas dos atos, mostrando que a bondade dos fins justifica os meios (SROUR, 2008).

Dentre as opções que se apresentam, aquela que presumivelmente traz benefícios maiores à coletividade acaba sendo adotada, ou seja, ganha legitimidade a ação que produz um bem maior ou evita um mal maior. (SROUR, 2008, p. 130)

Como exemplo da ética da responsabilidade tem-se a pesquisa científica que é feita com o uso de animais. Milhares de animais são sacrificados na condução dessas pesquisas, uma vez que as intervenções realizadas nos animais não são possíveis de serem realizadas nos seres humanos. Os animais são sacrificados na busca de um bem maior, que é a tentativa de se descobrir a cura para várias doenças que acometem os humanos, preservando a vida de várias pessoas. Dessa forma, todo esse sacrifício é feito com vistas a um bem maior.

Para Passos (2011), os valores morais dominantes na sociedade não são decididos pelos indivíduos. Eles surgem da própria experiência humana e vão se tornando sólidos a partir daí. Quando compartilhados na sociedade, vão se tornando elementos de consenso.

Para a autora existem vários meios de propagação e legitimação desses valores, especialmente na família, na escola, nas instituições.

Valor, na definição de Aristóteles (apud Passos, 2011, p. 52) é a “qualidade” pela qual se escolhe “alguma coisa em detrimento de outra”.

“Moral” como sistemas de valores, práticas, leis, crenças, costumes, etc... (Passos, 2011; Srour, 1998), pode ser também concebida como “cultura”.

A cultura é composta pelo somatório dos valores sociais e esses valores, juntamente com os papéis e as normas, são os principais componentes da cultura de uma organização, pois eles direcionam o seu funcionamento. Os papéis definem as formas de comportamento diante de algumas tarefas; as normas são os valores transformados em exigências, sendo os valores as aspirações ideológicas mais generalizadas. (KATZ; KAHN, 1976, apud PASSOS, 2011).

Eles agem como elementos integradores, pois eles são compartilhados pela maioria dos membros da organização que com eles se comprometem (OLIVEIRA; TAMAYO, 2004).

Para Srour (1998), a cultura comporta um conjunto de padrões que permitem a adaptação das pessoas à natureza e à sociedade e faculta a eles o controle sobre o meio ambiente. Refere-se a toda a atividade humana cognitiva, afetiva, motora, sensorial, com todos os seus valores morais embutidos.

Geertz (1989, p. 15) diz que:

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado. (GEERTZ, 1989, p. 15)

Geertz (1989) argumenta que a ideologia é entendida como dimensão norteadora-justificadora do arbitrário cultural (os princípios que são aceitos pelo senso comum como indiscutíveis, e que definem o que tem valor ou não tem valor em termos comportamentais em determinado grupo humano).

O autor faz sua análise descrevendo a estrutura da cultura a partir do estudo da percepção dos indivíduos presentes nela. O autor mostra que é muito importante anotar e interpretar o discurso social.

Srouf (1998) considera que a cultura é aprendida, transmitida e partilhada e não é decorrente de herança genética ou biológica; resultado de um processo de aprendizagem socialmente condicionada.

Morgan (1996) considera que se deve tentar compreender a cultura como um processo contínuo, proativo, uma construção da realidade e não apenas como uma simples variável que as sociedades e organizações possuem. É um fenómeno vivo, ativo, por meio do qual as pessoas criam e recriam os mundos dentro dos quais vivem.

Para Morgan (1996), as características distintas das sociedades organizacionais estão ligadas aos contextos culturais em que elas evoluíram, sendo estes contextos decisivos para o seu desenvolvimento.

A cultura se processa a partir do momento em que as pessoas adquirem os códigos coletivos e os internalizam, tornam-se produtos do meio sociocultural em que crescem, conformam-se com os padrões culturais e com isso, submetem-se a um processo de integração ou de adaptação social, de maneira que não se percebe que tudo que lhes foi internalizado é reconhecido como natural e normal. A partir daí, quaisquer outras maneiras de ser lhes parece estranhas e até inaceitáveis (MORGAN, 1996).

Então, está se falando no processo de construção da realidade, que vai permitir às pessoas ver e compreender eventos, ações, objetos, expressões e situações particulares de maneiras distintas (MORGAN, 1996).

Zanelli, Andrade e Bastos (2004), definem cultura como tudo aquilo que faz parte dos conhecimentos, dos costumes adquiridos pelo indivíduo em seu convívio social. Eles também consideram que a cultura é aprendida, ou seja, os hábitos e os costumes de um agrupamento social não representam aquisições inatas, repassadas por mecanismos biológicos, elas podem ser aprendidas quando há interesse social nesse aprendizado.

Para eles, a cultura é um processo acumulativo que resulta do aprendizado obtido da totalidade da experiência histórica das gerações anteriores, com as suas crenças e valores morais acumulados durante o tempo.

Nos trabalhos científicos de cunho qualitativo, a própria cultura vivenciada pelo pesquisador também é parte integrante dos instrumentos de pesquisa e das construções teóricas que este desenvolve (GONZALEZ REY apud PAULA, PALASSI, 2007).

Sobre cultura, Hall (1978, p. 80) apud Pires e Macedo (2006) afirmam que:

A cultura possui três características: ela não é inata, e sim aprendida; suas distintas facetas estão inter-relacionadas; ela é compartilhada e de fato determina os limites dos distintos grupos. A cultura é o meio de comunicação do homem.

Fleury e Fischer (1989, p. 117) apud Pires e Macedo (2006) esclarecem o seguinte:

A cultura é concebida como um conjunto de valores e pressupostos básicos expressos em elementos simbólicos, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto age como elemento de comunicação e consenso, como oculta e instrumentaliza as relações de dominação

Em Schein (2004, p. 17) apud Silva e Fadul (2009) têm que:

A cultura é um padrão de suposições básicas demonstradas; inventadas, descobertas ou desenvolvidas por um dado grupo; que ensina a lidar com seus problemas externos de adaptação e internos de integração; que funcionou bem o bastante para ser considerado válido e, ainda, para ser ensinado aos novos membros do grupo como forma correta de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas.

Silva e Fadul (2009) enfocam que, da definição de Schein (2004), decorre que os valores que formam determinada cultura são baseados nos valores e crenças dos fundadores daquele grupo, e se o grupo tem sucesso, o processo se repete e o que antes eram os valores e crenças dos fundadores, se torna válido para todo o grupo. Isto se dá normalmente com crenças e valores que dizem como as coisas são (as crenças) e como deveriam ser (valores). Porém não leva em consideração o contexto global no qual o grupo está inserido, por isso revela-se de certo modo limitada.

Conforme esclarece Freitas (2007), sugeriram várias definições de cultura organizacional na literatura e estas não se esgotaram. Existe uma dificuldade sobre a questão conceitual na antropologia e, para se ter uma idéia, os estudiosos Kroeber

e Kluckholm em 1952 identificaram cerca de 160 definições diferentes e todas elas consideravam o cultural e o social como campos distintos, mas inter-relacionados

Freitas (2007) deu ao assunto um tratamento formal quando classificou os elementos componentes da cultura organizacional, fazendo uma “releitura dos conceitos antropológicos para o universo organizacional, portanto são formulações simplificadas e ajustadas à realidade dos indivíduos e grupos (...)” (FREITAS, 2007, p. 15), possibilitando o seu reconhecimento mais facilmente.

Ela cita como elementos os valores, as crenças e pressupostos; os ritos, rituais e cerimônias; as sagas e heróis; as estórias; os tabus e as normas.

Quanto aos valores se refere a tudo o que é importante para se chegar ao sucesso nas organizações e são guias para o comportamento de toda a organização. Dessa forma o ideal seria a identificação dos colaboradores com os valores e esta pode ser incentivada por meio de recompensas promovidas pela instituição (FREITAS, 2007).

São os valores que definem quais são as informações mais relevantes para a organização, quais as questões prioritárias, quem são os profissionais mais respeitados, etc...

Freitas (2007) menciona a cultura como valores compartilhados, e faz um estudo sobre a relevância da cultura: se ela era importante e por quê. O resultado desse estudo apontou que os valores compartilhados eram importantes porque “se relacionavam ao sucesso pessoal, elevavam o comprometimento com a organização, aumentavam a autoconfiança no entendimento pessoal e nos valores organizacionais, favoreciam um comportamento ético, construíam compatibilidade com os objetivos da organização e com os seus *stakeholders*” (FREITAS, 2007, p. 17).

As crenças e pressupostos são tudo que é tido como verdade na organização, onde ela não é discutida, nem questionada, ela é simplesmente algo normal.

Para Peters e Waterman (1982), apud Freitas (2007), uma organização bem sucedida, com as suas crenças compartilhadas e incorporadas, apresentam as seguintes características: sabem da importância de ser sempre “o melhor”, conhece os detalhes das execuções das tarefas, as pessoas são bem tratadas como indivíduos, têm qualidade de produto e serviço superiores, são voltadas à inovação e

à informalidade como estímulo, voltadas à comunicação e ao crescimento econômico. Eles tratam a cultura como uma variável a serviço do desempenho organizacional.

Então ela coloca que os administradores devem reforçar as crenças da organização em todos os seus níveis, como forma de evitar discrepâncias entre o discurso e a prática.

Quanto aos ritos, rituais e cerimônias, são eventos rotineiros das organizações que podem ser revestidos de maior importância e solenidade. Diante disso, eles assumem os rituais e ritos como atividades planejadas que manifestam o lado concreto da cultura organizacional.

Eles sinalizam vários elementos: “como devem se comportar as pessoas na organização apontam padrões de intimidade e decoro aceitáveis, dão exemplo de como os procedimentos são executados, liberam tensões e ansiedades (lado lúdico e criativo), dramatizam os valores básicos, mostram as experiências que podem ser lembradas como exemplos” (FREITAS, 2007, p. 19). Já as cerimônias são rituais mais requintados, exclusivos e com caráter mais solene.

Já as sagas e os heróis servem para despertar a admiração dos componentes da organização e suscitar o orgulho por fazer parte de alguma coisa especial. As sagas louvam a trajetória da organização e narram como ela conseguiu superar seus obstáculos. Os heróis são os sujeitos que humanizam as sagas mostrando ser possível o sucesso, fornecendo um modelo de comportamento, simbolizando a organização exteriormente, preservando o que a organização tem de melhor, estabelecem padrões de desempenho e com a sua influência duradoura, exercem motivação entre os colaboradores e personificam os valores, a força e a coragem institucionais (FREITAS, 2007).

As histórias exercem um papel significativo na divulgação dos valores institucionais e mostram os exemplos que devem ser seguidos para a consolidação da cultura. São exemplos concretos de ação que torna possível a compreensão da filosofia da instituição por parte dos seus membros (FREITAS, 2007).

Os tabus consideram a definição das áreas proibidas. O que está além das fronteiras organizacionais e que não deve ser permitido o seu acesso ou a sua menção por causarem constrangimentos. Eles orientam os comportamentos,

juntamente com os valores. Mas, ao contrário dos valores, que são declarados e visíveis dentro da organização, os tabus são escondidos e silenciosos (FREITAS, 2007).

As normas podem ser explícitas ou tácitas. Elas orientam os comportamentos considerados padrões na organização, as regras para a maioria dos eventos institucionais (FREITAS, 2007).

Ainda segundo Freitas (2007) as regras, ou o sistema normativo das organizações são impessoais e devem ser seguidos por todos.

Cada cultura tem maneiras diferentes de fazer as coisas e as normas ditam o comportamento que é esperado de cada indivíduo colaborador, sendo aceito ou apoiado pelo grupo. É então o comportamento sancionado pelo grupo, repassado pelos elementos culturais. “A escolha das normas é precedida pelas crenças e pressupostos, pela avaliação dos valores que são compatíveis com a finalidade da organização e fluem através do sistema de comunicações formais, como também por meio do exemplo dos heróis, histórias e rituais” (FREITAS, 2007, p. 29).

Freitas (2007) ainda menciona que na antropologia cognitiva, a cultura é vista como conhecimentos compartilhados, na antropologia simbólica a ênfase recai não sobre os conhecimentos, mas sim sobre os significados compartilhados, já na antropologia estrutural, a ênfase está no estudo dos processos psicológicos inconscientes, ou seja, a projeção da mente.

Schein (1992) apud De Domenico, Latorre e Teixeira (2006) apontam que para compreender as mudanças na cultura, deve-se lembrar de 3 instrumentos que compõem a cultura organizacional: os artefatos visíveis, os valores e os pressupostos básicos.

Quanto aos artefatos visíveis, os autores se referem a tudo que pode ser visto na organização como a tecnologia, os instrumentos, a arte, os padrões do comportamento (vestuário, vocabulário, freqüências, políticas, símbolos e rituais).

Já os valores são as crenças presentes no discurso oficial dos componentes da organização, e também a maneira como se processa a comunicação organizacional. Os pressupostos básicos estão presentes no inconsciente e exercem influência no comportamento dos membros da organização. São eles que explicam o

comportamento real e não o esperado dos componentes de uma organização (SCHEIN, 1992, apud De DOMENICO, LATORRE, e TEIXEIRA, 2006).

Quando um valor se torna um pressuposto básico em uma organização, é porque ele é validado pelo coletivo, que percebeu que a sua utilização traria bons resultados e sucesso. Esse valor internalizado torna-se parte do comportamento, explicando a aceitação e rejeição de algumas medidas e certos padrões de comportamento. Alguns valores nunca virão a ser pressupostos básicos por não serem percebidos como fontes de resultados positivos e sucesso (SCHEIN, 1992, apud De DOMENICO; LATORRE; TEIXEIRA, 2006).

Esses pressupostos básicos quando são compartilhados se tornam um padrão explicativo dos comportamentos dos indivíduos de uma organização (SCHEIN, 1992, apud De DOMENICO; LATORRE; TEIXEIRA, 2006).

Então para Schein (1992) apud De Domenico, Latorre e Teixeira (2006) os valores são elementos-chave da cultura de uma organização e é sobre eles que se deve atuar em processos de mudança cultural.

Para Fleury (1989) apud Pires e Macedo (2006) há 3 tipos de posturas na investigação dos fenômenos culturais da organização: A primeira seria a empiricista, que seria a do fotógrafo social, que considera a sociedade como a somatória de indivíduos e a cultura como a somatória de opiniões e comportamentos individuais.

A segunda seria a do antropólogo, o pesquisador adentra na vida organizacional como observador.

A terceira seria a do clínico ou terapeuta, e que tem a organização como objeto de estudo e busca solucionar os problemas por ela apresentados.

Com relação à cultura organizacional, existem muitas divergências nos estudos existentes. Alguns acham que a cultura é “um pacote” internamente consistente, com manifestações culturais, que geram consenso em toda a organização, especialmente em torno de alguns valores compartilhados, enquanto outros afirmam que existe uma grande quantidade de pessoas com pensamentos e vivências diferentes, e que por causa disso, a cultura não é algo uniforme em uma organização (FROST; MARTIN, 2001).

Para Peters e Waterman (1982) apud Frost e Martin (2001), os líderes podem construir um tipo de cultura na sua organização, em torno dos seus próprios valores articulados num conjunto, e reforçá-los depois, por meio de políticas formais, normas informais, práticas, histórias, ritos e jargões, nos levando a crer que a cultura pode ser administrada com o objetivo de se conseguir um comprometimento geral e harmonioso com relação a esses valores.

Frost e Martin (2001) consideram que os estudos culturais são generalizados, ou seja, vão além das práticas, regras e estruturas formais, descrevem e interpretam também as práticas informais, tais como as normas de comportamento adequadas e procedimentos corretos para a tomada de decisões, levando também em consideração histórias, rituais, jargões específicos, decoração, roupas, normas, equipamentos (artefatos) e arquitetura e concorda com os vários autores citados.

Freitas (2007) menciona que os estudos sobre uma cultura organizacional única vigorou por muitos anos no meio acadêmico praticamente sem críticas, mas alguns autores começaram a questionar e realizar outro tipo de pesquisa onde o foco era o interior das organizações. Começaram a observar os relacionamentos nas suas divisões, as diversas categorias profissionais, os departamentos, os grupos de trabalho, as linhas de produtos, as subsidiárias de outras regiões, enfim, procuraram adentrar com mais minúcias na vida organizacional.

Para Freitas (2007), embora esses estudos sobre unicidade cultural tenham desempenhado um papel importante na construção desse campo de estudo, muitas pesquisas eram repetitivas, com os aspectos tratados como parciais. Eles propunham uma harmonia difícil de ser conseguida no meio das organizações e um mundo a partir de uma perspectiva de um grupo muito específico, cabendo aos demais a repetição daquilo que eles acreditavam ser inquestionável.

Kilman et al. (1984) apud Freitas (2007) ainda explicam que assumir que a cultura de uma organização é uniforme, é pressupor que só existe uma diferença pequena na percepção dos membros ou grupos de trabalho. Então todos forneceriam as mesmas respostas sempre a todos os questionamentos. No entanto, existindo diferentes percepções, ou seja, diversas culturas ou subculturas, essas respostas poderiam variar assumindo os grupos, portanto as suas diferenças.

A pesquisadora M. Louis (1985) apud Freitas (2007) assume que existem potencialmente várias culturas nos locais de trabalho, sendo a cultura aqui entendida como conhecimento compartilhado de forma tácita. Ela observa que se devem analisar os locais onde primeiramente esses conhecimentos foram compartilhados e a penetração que esses entendimentos atingem (conteúdo e intensidade).

Para fazer esse tipo de abordagem é necessário: a) conhecer as diferenças apresentadas pelo grupo ou b) conhecer em quais aspectos da cultura esses grupos apresentam pontos em comum.

“Outros autores como Nystron (1986), Schall (1983), Miller (1986), Davis (1984), Gregory (1983), Meyerson e Martin (1987) e Riley (1983) também partilham da existência de múltiplas culturas em uma mesma organização” (FREITAS, 2007, p. 44).

Ainda segundo Frost e Martin (2001), existem estudos de diferenciação cultural e estudos de integração cultural, sendo que ambos acentuam aspectos ideais tais como valores, conhecimentos (significados), simbolismos e emoções.

Mesmo levando-se em consideração que a cultura é única e compartilhada da mesma forma por todos na organização ou que ela é diferenciada, e não é unitária, ambos os estudos devem ser de ordem geral e não especializados, isto é, deve abraçar uma ampla faixa de manifestações culturais, pois há diferenças de percepções e de opiniões associadas a posições, tarefas, cargos, idade, sexo, ocupação, e etnias, gerando por vezes a existência de subculturas dentro da mesma organização. Por vezes, há encontros de influências ambientais, que geram um conjunto de subculturas que se sobrepõem e se abrigam dentro das fronteiras da organização (FROST; MARTIN, 2001).

Para Laraia (2001) cada cultura possui uma lógica própria, levando a crer que cada organização tem sua forma peculiar de pensar as suas crenças, valores e mitos, ou seja, sua própria cultura, diferente de outras culturas organizacionais.

Frost e Martin (2001) usaram a metáfora do Rei das Montanhas, brincadeira infantil feita na areia da praia em que há uma disputa pelos montes de areia, e baseados nisso, fizeram uma análise dos estudos no campo da cultura organizacional e trabalharam com 3 grandes perspectivas que dominaram a pesquisa nessa área: integração, diferenciação e fragmentação.

A perspectiva integrativa fala da cultura em termos de consistência, em termos de clareza e valores constantes, interpretações e/ou assunções que são demonstrados na base da organização.

Para as inconsistências, conflitos, ambigüidade e mesmo diferenciação cultural, esses estudos apontam como uma evidência de ausência de uma cultura organizacional (MARTIN; FROST, 2001; PIRES; MACEDO, 2005).

Na perspectiva de diferenciação são retratadas manifestações culturais como inconsistentes entre si. De acordo com esse estudo, o consenso ocorre somente no nível de subculturas e estas podem coexistir em harmonia, conflito ou indiferença entre si (FROST; MARTIN, 2001; PIRES; MACEDO, 2005).

Na perspectiva da fragmentação se vê a ambigüidade como um aspecto normal e inevitável da vida contemporânea. Eles enfocam a experiência e manifestação da ambigüidade nas culturas organizacionais. De acordo com essa visão, consenso e dissenso convivem juntos e flutuam constantes influenciados por mudanças. Então, qualquer manifestação cultural é interpretada por uma multiplicidade de modos (FROST; MARTIN, 2001; PIRES; MACEDO, 2005).

Sahlins (1997) apud Fadul e Silva (2009) observam que os indivíduos possuem a capacidade de atribuir seus próprios significados aos eventos que ocorrem à sua volta e, às vezes, atribuem significados que não são necessariamente os que a sua organização lhes está atribuindo, levando a crer que os indivíduos não seguem passivamente qualquer modelo apresentado pela organização, eles têm a sua interpretação interior de cultura, interpretação esta que influencia a sua maneira de pensar, e por conseqüência, a sua maneira de agir, influenciando as suas práticas. Daí decorrem as diferentes práticas advindas de diferentes indivíduos, que têm por sua vez, diferentes interpretações da cultura, de acordo com as suas percepções e em relação ao seu nível hierárquico.

Existe a abordagem que questiona que “a cultura possa ser uma cultura de oposições ou de clivagens no seio da mesma comunidade” já que ela não “significa forçosamente unidade, homogeneidade ou monolitismo” (AKTOUF apud PERSON, 2007, p. 23).

Nessa visão não existe cultura homogênea na instituição, ela é fruto de disputas de poder, frutos de diferentes visões de diferentes categorias na

organização e apesar desses conflitos, essa massa de opiniões divergentes formam o arcabouço da cultura organizacional (AKTOUF apud PERSON, 2007).

Frost e Martin (2001) afirmam que os estudos sobre cultura dentro das organizações apontam para inconsistências de posturas *versus* comportamento, políticas formais *versus* práticas atuais e que o consenso só ocorre dentro do contexto subcultural, pois há conflitos de interesses entre o gerencialismo superior e os demais empregados, e que não há cultura única, monolítica dentro da organização, mas várias culturas. Também na percepção de Morgan (1996) existem várias subculturas. “As organizações são minissociedades que têm os seus próprios padrões distintos de cultura e subcultura” (MORGAN, 1996, p.125).

De acordo com De Domenico, Latorre e Teixeira (2006) existe uma cultura dominante nas organizações que esta transmite aos seus integrantes os seus conceitos, crenças e valores e que a sua influência dominante nem sempre é uniforme na organização (CAMURI, 2008). A força dessa cultura está na habilidade de fazer com que os indivíduos da organização permaneçam juntos e coesos, fazendo o que têm que fazer, segundo a missão da organização, superando a ambigüidade do ambiente externo, que gera as subculturas (DE DOMENICO; LATORRE; TEIXEIRA, 2006).

Frost e Martin (2001) ainda afirmam que o consenso que existe entre os grupos é temporário e transitório e se limitam a alguns temas e não à totalidade dos temas, assumindo que a essência de toda a cultura é a ambigüidade.

Freitas (2001) também observa que essa perspectiva apresentada pelos autores citados, a perspectiva da fragmentação, também foi alvo de severas críticas que afirmam que um ambiente tão ambíguo, com diversas manifestações culturais, torna difícil uma análise consistente.

Chega-se à conclusão que qualquer das perspectivas pode ser adotada nesse estudo como observa Freitas (2001), uma vez que sempre vai haver na organização elementos que levam ao consenso tanto quanto elementos que levam a divergências e contradições dentro da cultura organizacional.

Diante disso, pode-se entender que as subculturas são de grande importância em relação à influência no comportamento dos indivíduos e na forma como agem para realizarem as suas práticas.

Frost e Martin (2001) ainda observam a dificuldade em relação ao estudo da cultura organizacional por não haver consenso por parte dos pesquisadores, tendo como agravante a grande quantidade de trabalhos de cunho qualitativos, que descrevem as culturas estudadas, ao invés de trabalhos de cunho quantitativos que, de acordo com os autores, contribuiriam mais para uma análise mais apurada do tema.

Tendo em vista a complexidade do tema, a dificuldade de se definir um conceito ideal e da dificuldade de se optar por qualquer uma dessas perspectivas, esse estudo tomou como pressuposto, apoiado nos estudos de Frost e Martin (2001), referendado pelos vários autores citados, de que existe um hiato de inconsistências entre as políticas formais, toda a regulamentação existente e que deveria ser seguida, e as práticas efetivamente realizadas e que o consenso e o dissenso existem dentro da cultura organizacional em relação a essas práticas, mesmo que sejam fortemente regulamentadas, haja vista que a cultura pode não ser uniforme na organização, que podem existir subculturas e que estas exercem forte influência no comportamento dos indivíduos influenciando as suas práticas.

Tendo como práticas, as técnicas identificadas como sendo as melhores para realizar determinada tarefa.

Então, pressupõe-se que pode haver certo distanciamento entre as políticas formais e as práticas atuais, influenciado por aspectos culturais, em relação à ética nos cuidados com os sujeitos da pesquisa (animais).

2.2 NORMAS REGULAMENTADORAS

Esta seção apresenta o que existe na legislação a respeito das práticas recomendadas relativas aos sujeitos da pesquisa, seja ela em humanos ou em animais, para verificar como é a relação dos pesquisadores, estudantes, servidores e funcionários terceirizados com essa legislação, ratificando o pressuposto acima considerado.

O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo seres Humanos é regulamentado pela Resolução 196/1996 (CNS, 1996).

A eticidade das pesquisas envolvendo seres humanos implica os seguintes princípios básicos abaixo descritos, baseados na Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde:

Consentimento livre e esclarecido (TCLE) dos indivíduos alvos da pesquisa e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (Princípio da Autonomia). Os indivíduos alvos da pesquisa devem assinar um termo de consentimento concordando em participar da pesquisa, tomando ciência de todas as etapas desta. Nesse sentido, a pesquisa deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade; b) Ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos (Princípio da Beneficência); c) Garantia de que danos previsíveis serão evitados (Princípio da Não Maleficência); d) Relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos não perdendo o sentido da sua destinação sócio-humanitária (Princípio da Justiça e Equidade) (Resolução 196/1996, MANUAL OPERACIONAL PARA CEP's, 2002).

Com a Constituição de 1988, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) editou a Resolução nº 1/88 que tratava da pesquisa médica. Esse assunto já vinha sendo discutido discretamente desde 1986 em ambientes da pesquisa médica. Essa resolução foi um marco importante nessa temática, uma vez que trouxe à tona questões de natureza ética, com problemas de vigilância sanitária e biossegurança (MANUAL OPERACIONAL PARA CEP's, 2002).

Foi feito um levantamento pelo Conselho Federal de Medicina em 1992 e constatado que poucos centros de pesquisa médica obedeciam ao disposto na Resolução. Como a Resolução 1/1988 assumia haver um paralelismo entre nível de

pesquisa e adequação ética, ao estipular privilégios para as pesquisas realizadas em centros de pós-graduação com conceito “A” pela CAPES, e com todo esse pano de fundo, o Conselho Nacional de Saúde em 1995 observou a necessidade de revisão na Resolução 1/1988 e o estabelecimento de normas para a pesquisa em seres humanos (MANUAL OPERACIONAL PARA CEP's, 2002).

Então, formou-se um Grupo Executivo de Trabalho (GET) com esse objetivo e daí chegou-se à elaboração da Resolução CNS 196/1996, um documento essencialmente de natureza bioética (MANUAL OPERACIONAL PARA CEP's, 2002).

Esse documento foi elaborado em bases multi e interdisciplinares, que abrangem diversos segmentos da sociedade, inclusive com sugestões dos próprios sujeitos da pesquisa. Ele se preocupa com questões relativas à pesquisa com seres humanos em qualquer área de conhecimento e não somente com a pesquisa médica (MANUAL OPERACIONAL PARA CEP's, 2002).

Segundo a Resolução 196/1996, os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos devem ser apreciados pelo CEP de cada instituição onde se realizará o estudo, refletindo a responsabilidade institucional com os sujeitos da pesquisa e a responsabilidade do CEP institucional, deve haver um cronograma de reuniões para serem realizadas durante o ano e os pareceres devem ser emitidos dentro de um prazo de até 30 dias após a reunião (RES. 196/96 – VII.13/b).

O projeto é encaminhado para dois relatores, que são membros do Comitê de Ética em Pesquisas, devidamente nomeados, e estes recebem a incumbência de analisar esse protocolo de pesquisa e apresentar um relatório aos seus colegas relatores, que permita uma ampla discussão sobre os aspectos éticos e metodológicos envolvidos na pesquisa, para uma tomada de decisão do colegiado. A decisão final sempre será do colegiado.

De acordo com o Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa, 2002, p. 21, sobre o papel do relator de um projeto de pesquisa:

O relator, quando lê, analisa e apresenta seu parecer sobre o protocolo de pesquisa, presta um serviço importante ao pesquisador, ao Comitê de Ética, à instituição, à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e à sociedade, exercendo o controle social da ética em pesquisa, como previsto nas diretrizes do SUS.

Eventualmente, quando um projeto apresenta alguma dificuldade para o relator, tanto de ordem técnica quanto de ordem ética, ou algum problema complexo, pode-se indicar outro relator ou um relator *ad hoc*, que não pertença ao comitê, e com competência técnica e/ou ética especial para a apreciação do caso, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos (MANUAL OPERACIONAL PARA CEP's, 2002). Também se pode recorrer à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) sediada em Brasília quanto à análise do protocolo (MANUAL OPERACIONAL DE CEP's, 2002).

Nem os relatores membros, nem o consultor *ad hoc*, devem ter as suas identidades divulgadas fora do comitê (MANUAL OPERACIONAL DE CEP's, 2002).

Ainda de acordo com o Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa (2002), a relação do CEP com o pesquisador “deve ser transparente, objetiva e acolhedora”, podendo os membros relatores “assessorar o pesquisador nas suas dúvidas, sugerindo pontos a serem ressaltados no corpo do projeto”, como por exemplo, retorno de benefícios para a comunidade pesquisada, incorporação de novas tecnologias e formas de assegurar a continuidade dos tratamentos, análise de riscos e benefícios, justificativa do placebo, entre outras, e utilização de linguajar mais adequado para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (MANUAL OPERACIONAL DE CEP's, 2002; p.25).

Após a aprovação do protocolo de pesquisa pelo comitê, e emitido o documento de aprovação ética, o pesquisador responsável deve ter o compromisso de enviar ao CEP relatórios parciais de sua pesquisa, informando o andamento da mesma, comunicando eventos adversos, eventuais modificações do protocolo e ao final da pesquisa, enviar um relatório final.

Um protocolo de pesquisa deve ser entregue ao CEP e ter, no mínimo, duas ou três cópias com uma carta de apresentação, identificação do pesquisador principal, folha de rosto disponibilizada pela CONEP na sua *home page*, com termo de compromisso do pesquisador e da instituição em cumprir as Res. CNS 196/96 (VI.1 E VI.5), pois esse é o termo que dá consistência jurídica ao projeto (MANUAL OPERACIONAL DE CEP's, 2002).

O segundo documento é o projeto de pesquisa, em português.

O terceiro documento é um dos mais importantes é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, (Res. CNS 196/96-VI.3.e), que é elaborado pelo pesquisador em linguagem acessível à compreensão dos sujeitos da pesquisa, quando humanos.

Existem situações especiais em que o TCLE pode ser dispensado, mas deve ser substituído por justificativa com as causas da impossibilidade de obtê-lo.

O quarto documento é um orçamento detalhado do projeto de pesquisa: recursos, fontes e destino bem como a remuneração do pesquisador (RES. CNS 196/96-VI.2.j).

O quinto documento é o *curriculum vitae* do pesquisador principal e dos demais pesquisadores participantes da pesquisa (Res. CNS 196/96-VI.4). A referência ao “Currículo Lattes” junto ao CNPq também é suficiente.

Se a pesquisa é feita no exterior e tem participação estrangeira, pede-se o documento de aprovação do estudo pelo comitê de ética em pesquisa ou equivalente no país de origem, (Res. CNS 292/99-VII.1 e 2), para comprovar a aceitação do estudo naquele país. Em estudos multicêntricos, deve ser incluída a lista de todos os países participantes. Se a pesquisa for realizada em instituição de saúde, o representante legal deverá tomar conhecimento e concordar com a sua execução, mediante a assinatura do Termo de Compromisso na folha de rosto do projeto.

Após essa fase da documentação legal para submissão de um projeto de pesquisa envolvendo seres humanos ao CEP, a qual é também analisada, vem a avaliação da metodologia científica, (Res. CNS 196/96-III.3. A e E), feita pelos membros relatores. De acordo com a Res. CNS 196/96 item VII. 14, “a revisão ética de toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos não poderá ser dissociada de sua análise científica”. Como toda a pesquisa envolve riscos (Res. CNS 196/96-V), não justifica submeter seres humanos a riscos sem haver real necessidade. Então se a metodologia for inadequada, o projeto é eticamente inaceitável.

Segundo a Resolução CNS 196/96-V, os CEP's devem fazer também uma avaliação quanto aos riscos e benefícios da pesquisa.

Devem identificar:

- a) Riscos associados à pesquisa e diferenciá-los dos riscos que os sujeitos estariam expostos pelos procedimentos assistenciais;
- b) Verificar se foram tomadas as providências para minimizar os riscos previsíveis (considerando as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do sujeito) (Res. CNS 196/96 item II.8);
- c) Identificar os prováveis benefícios que podem advir da pesquisa;
- d) Verificar se os riscos estão em proporção razoável com os benefícios;
- e) Assegurar que os participantes da pesquisa possam receber uma adequada e pormenorizada descrição e informação dos riscos, desconfortos ou benefícios que podem ser antecipados;
- f) Determinar intervalos para serem apresentados relatórios periódicos e que quando for o caso, os pesquisadores coloquem à disposição do CEP os dados para o acompanhamento do projeto (Res. CNS 196/96-V).

Deve ser feita a análise do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Res. CNS 196/96-IV). Às vezes, para alguns relatores, a análise do projeto começa pelo TCLE, pela sua importância para o projeto e por nele conter o entendimento completo do projeto e suas implicações para o sujeito da pesquisa. Este deve ser redigido em linguagem acessível e deve conter todos os requisitos da Resolução CNS 196/96, IV, IV.1 e IV.2.

O TCLE deve ser assinado pelo sujeito da pesquisa ou seu representante legal e pelo pesquisador, e ele será elaborado em duas vias, uma do pesquisador, outra do sujeito da pesquisa. Se a pesquisa for realizada em menores de idade em creches e escolas, cabe aos representantes legais dos mesmos (familiares, tutores) assinarem o TCLE caso concordem com a participação dos menores na pesquisa.

O CEP também deve avaliar o processo de obtenção do TCLE, se foi através de vias legais, pois a assinatura do TCLE é apenas uma etapa do processo do consentimento, mas não a etapa final, pois o consentimento, além de ser livre e esclarecido, também é renovável e revogável (MANUAL OPERACIONAL DE CEP's, 2002).

Outra análise que é feita é a adequação das informações relativas ao sujeito e critérios de inclusão e exclusão, ou seja, a definição dos sujeitos adequados à pesquisa, levando-se em conta alguns aspectos como: a vulnerabilidade, a competência para decidir a participação, as necessidades do desenho científico, susceptibilidade aos riscos, possibilidade de benefícios, praticabilidade e considerações sobre justiça (MANUAL OPERACIONAL DE CEP's, 2002). Os CEP's

devem analisar se na seleção dos sujeitos é respeitada a equidade e a justa distribuição de riscos e benefícios.

Leva-se em conta a privacidade e a confidencialidade, significando que a pessoa tem o direito de limitar a exposição do seu corpo, sua imagem, dados de prontuário, julgamentos expressos em questionários e outros. O pesquisador tem responsabilidade sobre as informações recebidas ou obtidas em exames e observações em relação a dados pessoais dos sujeitos da pesquisa (RES. CNS 196/96-III.3.t).

As resoluções complementares das áreas temáticas especiais, Res. Nº 251/97 (novos fármacos, vacinas, medicamentos e testes diagnósticos), Res. 292/99 (pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e que envolvam remessa de material biológico para o exterior), Res. 303/2000 (reprodução humana), Res. 304/2000 (populações indígenas) cujos protocolos são analisados também pela CONEP, visam além da proteção aos sujeitos da pesquisa, salvaguardar os interesses nacionais na pesquisa (MANUAL OPERACIONAL DE CEP's, 2002).

As atividades da Comissão de Ética no Uso de Animais são regulamentadas pela lei nº Lei 11.794/2008 que estabelece procedimentos para o uso científico dos animais, criando o CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) com os objetivos de:

Formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica, credenciar instituições para criação ou utilização de animais em ensino e pesquisa científica, monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa, estabelecer e rever, periodicamente, as normas para uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa, em consonância com as convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário, estabelecer e rever, periodicamente, normas técnicas para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal, bem como sobre as condições de trabalho em tais instalações, estabelecer e rever, periodicamente, normas para credenciamento de instituições que criem ou utilizem animais para ensino e pesquisa, manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados ou em andamento no País, assim como dos pesquisadores, a partir de informações remetidas pelas Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs, apreciar e decidir recursos interpostos contra decisões das CEUAs, elaborar e submeter ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, para aprovação, o seu regimento interno, assessorar o Poder Executivo a respeito das atividades de ensino e pesquisa com animais. (Lei 11.794/08, Art. 5º)

Então a pesquisa científica com animais só é possível nas instituições credenciadas no CONCEA (LEI 11.794/08, Art. 12).

A CEUA é um órgão de assessoria autônomo, colegiado, multidisciplinar e deliberativo do ponto de vista ético em questões relativas ao uso de animais no ensino e na experimentação (CFMV, RES. Nº 879/2008).

As CEUA's das instituições devem ser integradas por médicos veterinários e biólogos, docentes e pesquisadores da área científica e um representante da sociedade protetora dos animais, que tenha legalidade no país (LEI 11.794/08).

É papel das CEUA's examinar os procedimentos de pesquisa e ensino na instituição para determinar a compatibilidade com a legislação aplicável, manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados, ou em andamento na instituição, enviando cópia ao CONCEA, manter cadastro dos pesquisadores que realizem procedimentos de ensino e pesquisa, enviando cópia ao CONCEA, expedir certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos ou outros, notificar imediatamente ao CONCEA e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, fornecendo informações que permitam ações saneadoras e se houver algum descumprimento à lei, a CEUA determina que a atividade seja imediatamente paralisada até a regularização. Das decisões das CEUA's, cabe recurso junto ao CONCEA (LEI 11.794/08, Art. 10).

Os membros das CEUA's devem guardar sigilo a respeito dos projetos analisados, sob pena de responsabilidade (LEI 11.794/08, Art. 10, VI, 5º).

A Lei 11.794/08 coloca em seu Art. 14 que o animal só poderá ser submetido às intervenções nos experimentos dos protocolos de pesquisa ou programas de aprendizado quando, antes, durante e após o experimento, receber cuidados especiais, conforme estabelecido pelo CONCEA, para que seja garantido o cuidado e o zelo com o bem-estar do animal e, quando ocorrer intenso sofrimento ou quando recomendado, o animal será submetido à eutanásia (LEI 11.794, Art. 14, inciso 1).

Em casos excepcionais, quando os animais utilizados nas experiências ou demonstrações não forem submetidos à eutanásia, eles poderão sair do biotério após a intervenção, ouvida a opinião da CEUA quanto aos critérios de segurança, desde que eles sejam destinados a pessoas idôneas ou entidades protetoras de

animais devidamente legalizadas e que queiram e possam se responsabilizar por eles (LEI 11.794, Art. 14, inciso 2).

Para evitar o uso desnecessário e repetido dos animais para fins didáticos e, sempre que possível, as práticas de ensino deverão ser fotografadas, filmadas ou gravadas, de forma a permitir sua reprodução para ilustração de práticas futuras (LEI 11.794, Art. 14, inciso 3).

Com relação ao número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento, este será o mínimo indispensável para produzir o resultado conclusivo, poupando-se, ao máximo, o sofrimento do animal (Lei 11.794, Art. 14, inciso 4). Os experimentos que possam causar dor ou angústia deverão se desenvolver sob sedação, analgesia ou anestesia adequadas (Lei 11.794, Art. 14, inciso 5), os experimentos relacionados cujos objetivos sejam os estudos relacionados à dor ou à angústia, exigem autorização da CEUA, obedecendo as normas estabelecidas pelo CONCEA e não se pode usar bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas, sendo proibida a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa (LEI 11.794, Art. 14, INCISOS 6, 7 e 8).

Com relação à ética e os cuidados em relação aos animais, a lei 11.794 coloca em seu art. 14, inciso 9) que:

Em programa de ensino, sempre que forem empregados procedimentos traumáticos, vários procedimentos poderão ser realizados num mesmo animal, desde que todos sejam executados durante a vigência de um único anestésico e que o animal seja sacrificado antes de recobrar a consciência.

Para os trabalhos de criação e experimentação em sistemas fechados, serão consideradas as condições e normas de segurança recomendadas pelos organismos internacionais aos quais o Brasil se vincula (LEI 11.794, Art. 14, INCISO 10).

O CONCEA, levando em conta o sofrimento do animal e os resultados práticos da pesquisa, poderá restringi-la ou até proibi-la se exigir um elevado grau de agressão ao animal (Lei 11.794, Art. 15). Caso haja descumprimento das normas vigentes para a experimentação com animais, serão aplicadas penalidades administrativas e penais (LEI 11.794, Art. 18, 19 e 20).

Na declaração Universal dos direitos dos animais está colocado que:

“A experimentação animal que implique sofrimento físico ou psicológico é incompatível com os direitos do animal, quer se trate de uma experiência médica, científica, comercial, ou qualquer que seja a forma de experimentação”
(DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS, Art. 8º, UNESCO)

A experimentação com animais enfrenta atualmente um grande obstáculo relacionado ao movimento abolicionista. Este é um movimento social radical que não se contenta com a regulação do uso humanitário de animais e deseja a libertação do animal de toda e qualquer atividade que possa constrangê-los.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Objetivando compreender como se processa a ética em relação ao sujeito da pesquisa animal na Fiocruz-Bahia e, mais especificamente, verificar a ética na referida organização, desenvolveu-se um estudo de caso.

Esse estudo analisou particularmente a ética em relação ao uso de animais, porque os estudos priorizam a ética no trato com seres humanos em detrimento à ética no trato dos animais.

A organização na qual se desenvolveu esse estudo, Fiocruz-Bahia, realiza diversas ações na área biomédica, de ensino, de serviço de referência em saúde, em informação em saúde e formação de recursos humanos para o SUS. Através dos seus programas institucionais, ela atua principalmente no estudo de doenças infecciosas e parasitárias, na realização de exames anatomopatológicos, além de possuir dois cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado, sendo que o de Patologia Humana é através de um convênio com a Universidade Federal da Bahia – UFBA (FIOCRUZ-BAHIA, 2011).

Os Comitês de Ética em Pesquisa, CEP e CEUA, fazem parte da Vice-Diretoria de Pesquisa e Serviço de Referência da Fiocruz-Bahia como instâncias independentes, o que lhes confere uma maior neutralidade e autonomia para as suas análises éticas. O CEP está subordinado à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisas), e esta está ligada ao Conselho Nacional de Saúde. A CONEP foi criada pela Resolução 196/96, como uma instância colegiada, com natureza consultiva, educativa e formadora de diretrizes e estratégias (CNS, 2011)

A CONEP tem como principal atribuição o exame dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos. Elabora e atualiza as diretrizes e normas para a proteção dos sujeitos da pesquisa e coordena a rede de comitês de ética em pesquisa das instituições (CNS, 2011).

Cabe à CONEP avaliar e acompanhar os protocolos de pesquisa em áreas temáticas especiais como: genética e reprodução humana; novos equipamentos;

dispositivos para a saúde; novos procedimentos; população indígena; projetos ligados à biossegurança e com participação estrangeira e populações vulneráveis.

Na mesma instância da CONEP encontra-se o CONCEA que regulamenta as comissões de ética no uso de animais nas instituições de pesquisa e na experimentação científica. Trata-se de uma instância colegiada de caráter normativo, consultivo, deliberativo e recursal, criada pela Lei 11.794/2008 para coordenar os procedimentos de uso de animais em ensino e pesquisa científica, e está ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, 2012).

A Fiocruz-Bahia tem um biotério de criação e de experimentação, que fornece animais de pequeno porte para a pesquisa, com acesso restrito somente a pesquisadores, seus estudantes e colaboradores cujos animais são mantidos naquela área (FIOCRUZ-BAHIA, Res. 10).

A experimentação fornece ratos, hamsters, camundongos e coelhos e a criação só trabalha com camundongos. Os outros animais são fornecidos ao biotério pela CECAL (Centro de Criação de Animais de Laboratório) da Fiocruz-RJ. Há também galos para a experimentação em entomologia, que servem para a alimentação dos barbeiros, inseto transmissor da Doença de Chagas, uma vez que essa ave não se contamina com a picada do barbeiro. Esses galos são comprados ainda pequenos e mantidos fora do biotério, em um local apropriado.

Há também um canil onde são mantidos os cães que servem à experimentação. Esses cães são comprados e, por vezes, alguns projetos recebem doações de cães, sendo alguns animais domésticos, os quais são submetidos à pesquisa somente com o consentimento expresso dos seus donos.

Os CEP/CEUA contribuem para a qualidade das pesquisas na Fiocruz-Ba e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade. Neste sentido, contribuem para a formação e aprendizagem das pessoas no que diz respeito à valorização da ética nas pesquisas e ainda contribuem para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que a sua proposta é eticamente adequada.

Os CEP/CEUA são formados por servidores da Fiocruz-Ba e representantes da sociedade, com formação biomédica ou multidisciplinar.

Às vezes são convocados consultores *ad hoc* para auxílio na compreensão técnica e análise ética de projetos com temas especiais. Os membros passam por treinamento e atualização para o desempenho de atividades na área.

A Comissão de Ética no Uso de Animais tem um regimento interno que regulamenta o seu funcionamento com independência. Dentre as suas finalidades está a de contribuir para a definição de procedimentos aceitáveis, do ponto de vista ético, em relação aos animais, considerando-se a relevância do propósito científico e de ensino e o impacto dessas atividades na preservação da vida, o bem estar e a proteção dos animais (ESTATUTO DA CEUA, 2009).

Atualmente a CEUA é composta por 6 membros titulares e 3 suplentes, sendo que, entre os membros titulares, há um representante da sociedade protetora dos animais.

O regimento interno e os documentos institucionais da comissão estão todos colocados na intranet e disponíveis para a consulta de toda a comunidade cadastrada, inclusive, há 7 protocolos de procedimentos elaborados pela comissão a partir de demandas surgidas nos projetos analisados para a utilização padrão e racional de animais quanto à: coleta de sangue, anestesia, eutanásia, imunização, administração de drogas, infecção, obtenção e cultura de macrófagos peritoneais inflamatórios.

O funcionamento do CEP é regulamentado pela resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

O comitê é independente e responsável pela análise ética de projetos de pesquisa que necessitem da participação voluntária de seres humanos, considerando-se também a relevância do propósito científico e de ensino e o impacto dessas atividades com relação ao respeito e ao bem estar do sujeito da pesquisa (INTRANET FIOCRUZ-BAHIA, 2011).

Atualmente o Comitê de Ética em Seres Humanos é composto por 10 membros titulares, sendo um deles representante dos usuários. Os membros têm formação multidisciplinar e deve existir uma paridade entre membros do sexo masculino e feminino para dar mais imparcialidade aos julgamentos.

A Lei nº 11.794, chamada de “Lei Arouca”, estabelece no seu Art. 2, inciso III, que experimentos são:

Procedimentos efetuados em animais vivos, chamada vivisseções, ou recém-abatidos, visando à elucidação de fenômenos fisiológicos ou patológicos, mediante técnicas específicas e preestabelecidas. (Lei 11.794/98, Art. 2, inciso III)

Nesse sentido, os comitês pretendem fortalecer o controle social sobre as pesquisas científicas que envolvem seres humanos e animais, conscientizar e fomentar o aprendizado dentro da instituição no que se refere a esse controle.

É necessário que as pesquisas participem ativamente do processo de mudança na sociedade, rumo ao bem estar social, gerando e difundindo processos de inovação em resposta às demandas sociais, o que poderia ser considerado como a incorporação da ética nas pesquisas.

Nesse sentido, os comitês buscam contribuir para o questionamento sobre os procedimentos aceitáveis, do ponto de vista ético, tanto em humanos quanto em animais, favorecendo o aprendizado sobre essa temática.

Esse aprendizado é importante porque reúne experiências e reflexões sobre como é a relação do indivíduo com a sociedade, como se forma esse conjunto de saberes que possibilitam a construção de uma sociedade mais igualitária, que procura enfrentar as desigualdades, que busca a redução das iniquidades e a erradicação da miséria.

Nesse contexto, a análise da ética do sujeito da pesquisa na Fiocruz-Bahia é estruturada sob o conceito de cultura, desdobrada nas dimensões, normas, práticas, consenso e dissenso entre as normas e as práticas (MORGAN, 1996; PIRES; MACÊDO, 1989; FROST; MARTIN 2001; FREITAS, 2007; AKTOUF *apud* PERSSON, 2007).

Complementa esse modelo, indicadores extraídos da análise de: legislação sobre a ética em relação ao sujeito da pesquisa animal; e projetos de pesquisa. Na legislação foram identificadas as principais diretrizes em relação ao uso de animais na pesquisa científica. Nos projetos de pesquisa foram identificadas as principais pendências em relação à legislação, no que diz respeito ao uso de animais na pesquisa.

Esse processo resultou no modelo de análise apresentado a seguir (ver quadro 1)

| Conceito | Dimensões | Indicadores |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Cultura (da ética) em relação ao sujeito da pesquisa | Normas (regulamentação) | Conhecimento da legislação |
| | | Compartilhamento de informações |
| | Práticas (Práticas de estudantes, pesquisadores e funcionários do biotério) | Instrumentos |
| | | Conhecimento da fisiologia do animal |
| | | Conhecimento de técnicas de manipulação |
| | | Número de animais solicitados |
| | | Planejamento da pesquisa |
| | Percepção quanto à utilização de meios alternativos ao uso dos animais | |
| Consenso x dissenso (Entre Normas e Práticas) | | |

Quadro 1: Modelo de Análise da Ética do Sujeito da Pesquisa

Fontes: (MORGAN, 1996; PIRES; MACEDO 1989, FROST; MARTIN, 2001, FREITAS, 2007, AKTOUF apud PERSSON, 2007).

O modelo de análise parte do conceito da cultura em relação ao sujeito da pesquisa, entendendo ética como cultura.

Esse conceito de cultura desdobra-se em três dimensões: Normas, Práticas e Consenso e Dissenso.

A dimensão Normas se refere às leis e regulamentos relativos ao uso de animais na pesquisa científica.

A dimensão Práticas se refere à maneira como são realizados os procedimentos com os animais.

Na dimensão Normas, encontram-se os indicadores: conhecimento da legislação e compartilhamento das informações relativas a essa legislação.

Na dimensão Práticas, encontram-se os indicadores: instrumentos, conhecimento da fisiologia do animal, conhecimento de técnicas de manipulação, número de animais solicitados, planejamento da pesquisa e percepção quanto à utilização de meios alternativos ao uso dos animais.

A dimensão consenso e dissenso diz respeito à aproximação ou distanciamento entre as normas regulamentadoras e as práticas efetivamente realizadas.

O levantamento das informações relativas às normas e às práticas efetivamente realizadas tem como instrumento um questionário. Na construção do questionário, utilizou-se o modelo de análise e particularmente os indicadores na formulação das questões (ver a seguir). Foram considerados também, além dos indicadores, os comentários e sugestões de técnicos do biotério.

| INDICADORES | QUESTÕES |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Conhecimento da legislação</p> <p>Conhecimento da legislação (cont.)</p> | <p>Avalie a relevância dos pontos indicados a seguir sobre o uso de animais na pesquisa científica.</p> <p>Enumere por ordem de relevância.</p> <p>Muito relevante (1) Relevante (2) Pouco relevante (3) Irrelevante (4) Não se aplica (5)</p> <p>a) Evitar o uso desnecessário dos animais, procurando utilizar o número mínimo indispensável para produzir um resultado conclusivo ()</p> <p>b) Colocar os animais sujeitos aos experimentos ao ar livre, sempre que possível, para que possam respirar melhor ()</p> <p>c) Utilizar a sedação (anestesia ou analgesia) em procedimentos que possam causar dor e angústia, inclusive no pós-operatório ()</p> <p>d) Utilizar bloqueadores neuromusculares ou relaxantes, no caso de falta de substâncias sedativas ()</p> <p>e) Não reutilizar o animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto ()</p> <p>f) Nos procedimentos muito traumáticos, realizar vários procedimentos na vigência de um único anestésico, logo depois sacrificar o animal antes que ele recobre a consciência ()</p> |
| <p>Compartilhamento de informações</p> | <p>A Fiocruz-Bahia promove o compartilhamento das informações relativas à legislação relacionadas à ética do sujeito da pesquisa animal na pesquisa científica. Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () concordo parcialmente () Concordo plenamente ().</p> <p>Caso ache necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.</p> |
| <p>Instrumentos</p> | <p>Os instrumentos que a instituição oferece facilitam o manuseio com os animais na pesquisa científica. Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () concordo parcialmente () Concordo plenamente ().</p> <p>Caso ache necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.</p> |
| | <p>Você conhece a fisiologia do animal com o qual está lidando?</p> |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Conhecimento da fisiologia do animal</p> | <p>Teve algum treinamento institucional prévio para lidar com ele?</p> <p>- Que tipo de treinamento?</p> <p>Comente a sua resposta.</p> <p>- Os animais têm algum grau de sensações e sentimentos, capacidades cognitivas e não se comportam apenas instintivamente, e essas sensações e sentimentos podem exercer influência no resultado da pesquisa.</p> <p>Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () concordo parcialmente () Concordo plenamente ().</p> <p>Caso ache necessário, comente a sua resposta.</p> |
| <p>Conhecimento de técnicas de manipulação</p> | <p>Sob o seu ponto de vista, qual o tipo de conhecimento que deve ter quem manipula com animais? Que tipo de técnicas deve conhecer? Por favor, liste ao menos 3 que seja do seu conhecimento.</p> <p>a) _____</p> <p>b) _____</p> <p>c) _____</p> |
| <p>Número de animais solicitados</p> | <p>Diante da significância da sua pesquisa ou da pesquisa científica de maneira geral para a sociedade se justifica a requisição de qualquer quantidade de animais para a execução dos experimentos científicos.</p> <p>Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () concordo parcialmente () Concordo plenamente ().</p> <p>Caso ache necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.</p> |
| <p>Percepção quanto à utilização de meios alternativos ao uso de animais</p> | <p>É bom desenvolver a pesquisa científica com métodos alternativos à utilização de animais. (p.ex. softwares que fazem simulações, meios de cultura, etc...)</p> <p>Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () concordo parcialmente () Concordo plenamente ().</p> <p>Caso ache necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.</p> |

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Planejamento da pesquisa | <p>Para a execução da pesquisa científica utilizando animais é importante a existência de um planejamento com tempo certo de inocular, observar e sacrificar.</p> <p>Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () concordo parcialmente () Concordo plenamente ().</p> <p>Caso ache necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.</p> <p>Após as questões propostas, abriu-se um espaço livre para quem quisesse acrescentar algum comentário livre sobre o uso de animais na pesquisa científica.</p> |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Quadro 2 – Relação entre indicadores e suas respectivas questões

Além das questões relativas aos indicadores, a primeira pergunta do questionário foi para que o respondente se identificasse com relação ao vínculo que mantinha com a Fiocruz-Bahia, ou seja, pesquisador, servidor efetivo do biotério, estudante ou funcionário terceirizado do biotério.

Anteriormente à aplicação do questionário definitivo, foi aplicado um questionário teste e, com o resultado dessa aplicação, foi feita uma revisão para ajuste das questões.

O questionário teste foi aplicado com um estudante de mestrado, que o achou bastante claro e este não teve dúvidas em relação ao que se afirmava ou questionava.

Houve certo receio quanto à participação deste na pesquisa, mas foi esclarecido que era apenas um questionário de teste, para fazer o ajuste das questões, e que não iria fazer parte da pesquisa.

Com isso, o estudante respondeu com muita espontaneidade, com respostas semelhantes às respostas dos dois estudantes que participaram da pesquisa.

O questionário foi aplicado com os pesquisadores e os estudantes, dentre os que realizaram projetos que envolviam o uso de animais, servidores efetivos do

biotério e funcionários terceirizados, também do biotério e do canil, sendo a pesquisa realizada nas dependências da Fiocruz-Bahia.

Dentre as 17 pessoas que receberam os questionários, somente 12 responderam.

Dessas 12 pessoas tem-se: 2 pesquisadores, categoria que se chama (P) 2 estudantes, categoria que se chama (E), 4 servidores efetivos do biotério, que se chama (SB) e 4 funcionários terceirizados do biotério que se chama (FT).

Da questão 2 até a 8, se procurou avaliar o conhecimento da legislação relativa ao uso dos animais na pesquisa científica, relacionado à dimensão “Normas (regulamentação)” e o compartilhamento dessas informações.

Da questão 9 até a questão 25, procurou-se analisar a dimensão “Práticas”, verificando as práticas entre as 4 categorias funcionais.

As respostas desse questionário foram, de início, sistematizadas e analisadas quantitativamente e qualitativamente, com ênfase na análise qualitativa.

Depois as respostas analisadas foram agrupadas para a análise conjunta das dimensões das normas e das práticas.

As análises dessas dimensões, normas e práticas, foram comparadas, desenvolvendo-se assim a análise da dimensão consenso e dissenso entre normas e práticas; o que foi interpretado com o resgate do referencial teórico.

Essa pesquisa foi desenvolvida na Fiocruz-Bahia, entre usuários e funcionários do biotério e do canil, e foi resguardada a confidencialidade em relação aos respondentes quanto às suas respostas do questionário aplicado.

4 ÉTICA DO SUJEITO DA PESQUISA ANIMAL NA FIOCRUZ-BAHIA

Nesta seção foram apresentadas, inicialmente, uma contextualização sobre o trabalho dos comitês de ética em pesquisa da Fiocruz-Bahia e as análises das Normas e das Práticas. Depois disso, foi verificado o Consenso e o Dissenso entre normas e práticas, sendo estas três últimas análises interpretadas com base no referencial teórico.

4.1 A FIOCRUZ-BAHIA E OS COMITÊS DE ÉTICA

Os Comitês de Ética da Fiocruz-Bahia dedicam-se ao aperfeiçoamento da compreensão das práticas éticas na instituição, a partir da sua iniciativa de colocar protocolos de procedimentos na intranet da instituição, disponíveis para todos os colaboradores cadastrados, onde são relacionados procedimentos para minoração do sofrimento dos animais nos experimentos das pesquisas científicas e para fins de ensino, e normas regulamentadoras de estudos envolvendo seres humanos para o conhecimento de todos. Há também sugestões de normas e formulários que facilitam a análise ética.

Os 7 protocolos de procedimentos da CEUA são normas institucionais que indicam como fazer os procedimentos em animais dentro da Fiocruz-Bahia, de forma a se obter eficiência e minoração de sofrimento nos animais (INTRANET FIOCRUZ-BAHIA, 2011).

São os seguintes protocolos: Coleta de sangue, anestesia, eutanásia, imunização, administração de drogas, infecção, obtenção e cultura de macrófagos peritoneais inflamatórios. Além deles, está na intranet da Fiocruz-Bahia o Regimento Interno da CEUA, como instância de consulta sobre as atividades desenvolvidas pela CEUA e o seu funcionamento, bem como o formulário com o novo Guia Para Preparação de Projetos a Serem Submetidos à CEUA. Este tem como objetivo obter todas as informações relevantes contidas nos projetos, de forma que facilitem a análise ética do mesmo (INTRANET FIOCRUZ-BAHIA, 2012).

Por sua vez, o CEP tem postados na intranet vários formulários que facilitam a análise ética dos protocolos de pesquisa na Fiocruz-Bahia.

São eles: Fluxograma de tramitação dos protocolos de pesquisa, definição de instituição proponente e co-participante, modelo de apresentação de protocolos de pesquisa ao CEP, com guia de checagem dos documentos que devem compor o protocolo, roteiro para elaboração de relatório de suspensão de estudos clínicos unicêntricos e multicêntricos, roteiro para elaboração de relatório final de estudos clínicos, nova lista de checagem para protocolo de pesquisa e biobanco, regimento interno do CEP, uso de dados em prontuários médicos para fins de pesquisa em seres humanos e classificação de biossegurança da CONEP (INTRANET DA FIOCRUZ-BAHIA, 2012).

Na parte relacionada à legislação, a instituição disponibiliza na sua intranet o Código de Nuremberg, a Declaração de Helsinque, a Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos da UNESCO e a Lei de Biossegurança. (INTRANET DA FIOCRUZ-BAHIA, 2012).

Disponibiliza também uma cópia das seguintes Resoluções:

- a) Resolução CNS 196/96;
- b) Resolução CNS 240/97 (definição do termo “usuários” para efeito de participação nos comitês de Ética;
- c) Resolução CNS 251/97 (normas para pesquisa envolvendo novos fármacos, vacinas, medicamentos e testes diagnósticos);
- d) Resolução CNS 292/99 (pesquisas realizadas no exterior ou com participação estrangeira e remessa de material biológico ao exterior);
- e) Resolução CNS 301/2000 (manifesto do Conselho Nacional de Saúde sobre a discussão de propostas de modificação da Declaração de Helsinque, pautada para a Assembléia Geral da Associação médica mundial realizada em outubro/2000 em Edimburgo);
- f) Resolução CNS 303/2000 (Regulamentação complementar da 196/96 no que diz respeito à reprodução humana;
- g) Resolução CNS 304/2000 (Regulamentação complementar da 196/96 no que diz respeito a populações indígenas);

h) Resolução CNS 340/2004 (Regulamentação complementar da 196/96 no que diz respeito à genética humana);

i) Resolução CNS 346/2005 (Regulamentação da tramitação de projetos de pesquisa multicêntricos);

j) Resolução CNS 370/2007 (Regulamentação sobre o registro e credenciamento ou renovação de registro e credenciamento de comitês de ética em pesquisa envolvendo seres humanos);

l) Resolução CNS 441/2011 (complementa a 196/96 no que diz respeito à coleta, armazenamento, depósito, utilização e descarte de material biológico humano usado em pesquisas.

4.2 ANÁLISE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS

A regulamentação que trata do uso de animais na pesquisa científica é bastante precisa e não deixa muitos espaços vazios para dúvidas quanto à prática. Ela prescreve o que pode e o que não pode ser feito com animais, orienta como proceder, e estabelece os limites para o uso dos animais na pesquisa.

Este estudo tem como conceito principal a ética em relação ao sujeito da pesquisa, neste caso, os animais.

A primeira dimensão relacionada a esse conceito foi a das “Normas”, que abrange aspectos da legislação, normas e regulamentos de âmbito nacional, internacional e local relacionado ao uso de animais para a pesquisa.

Foi tomada como principal referência a Lei 11.794 de 08 de outubro de 2008 que estabelece procedimentos para o uso científico dos animais.

Foi observada também a Declaração Universal dos Direitos dos Animais da UNESCO de 1978, a Resolução nº 879 de 15 de fevereiro de 2008 do Conselho Federal de Medicina Veterinária que dispõe sobre o uso de animais no ensino e na pesquisa e regulamenta as CEUA's no âmbito da medicina veterinária e da zootecnia brasileiras e a Resolução nº 10 que trata das normas internas da experimentação da Fiocruz-Bahia.

Procurou-se fazer a verificação do indicador “conhecimento da legislação” entre as pessoas que lidam diretamente com animais nas suas atividades diárias, dentro de 4 categorias funcionais diferentes, para captar o conhecimento e a percepção de cada uma delas, sendo este o primeiro indicador.

A afirmação presente no questionário de que se deve evitar o uso desnecessário dos animais procurando utilizar o número mínimo indispensável para produzir um resultado conclusivo, referente ao indicador “Conhecimento da Legislação”, revelou que todos os respondentes deram um grande peso a esta questão, presente na Lei 11.794/2008, Art. 14, inciso 3, que trata do uso de animais na pesquisa científica.

Dos 12 respondentes, 10 consideraram como sendo muito relevante enquanto que 2 consideraram relevante. Isso nos mostrou que as pessoas entrevistadas têm

consciência da necessidade do uso mínimo de animais como forma de evitar o sacrifício de muitas vidas.

Todos acharam muito importante essa questão crucial e polêmica da solicitação do número de animais para a pesquisa e foi um ponto frágil encontrado na pesquisa documental, feita sobre as inconsistências nos projetos de pesquisa submetidos à CEUA. As respostas, frutos dos questionários, não apontam variadas percepções, mas unicidade nas opiniões de que se deve usar o mínimo necessário para a pesquisa, evitando assim o uso desnecessário e o sofrimento dos animais.

A afirmação que diz que se devem colocar os animais sujeitos aos experimentos ao ar livre, sempre que possível, para que possam respirar melhor foi colocada no questionário como um teste aos respondentes, pois ela não traz nenhum aspecto relacionado à legislação, ao contrário, não se deve colocar os animais de experimentação ao ar livre, pois eles têm que ser puros e livres de contaminação do ambiente externo para que possam ser estéreis o suficiente para dar respostas seguras aos experimentos. Estes animais devem ficar na experimentação, com grande monitoramento ambiental, para que possam servir à pesquisa.

Todos os respondentes escolheram a opção não se aplica, mostrando reconhecerem que os animais utilizados nos experimentos não podem ter contato com o ambiente exterior ao biotério, revelando um conhecimento uniforme por parte das quatro categorias em relação à legislação.

A afirmação de que se deve utilizar a sedação (anestesia ou analgesia) em procedimentos que possam causar dor e angústia, inclusive no pós-operatório, presente na Lei 11.794/2008, Art. 14, inciso 4, obtivemos 10 respondentes que consideram muito relevante, 1 que considerou relevante e 1 que achou que não se aplica. O respondente que considerou que não se aplica é da categoria pesquisador, e, diante da consciência das respostas emitidas por essa categoria, esta pode estar incorreta, ou ser fruto de um equívoco, ou confusão na hora de responder, assim como outros respondentes, de outras categorias, também se atrapalharam e acabaram por não responder alguns questionamentos.

As respostas mostram uniformidade mostrando que existe conhecimento da legislação em relação a esse aspecto e o nível geral das respostas revela uma

preocupação com o bem-estar dos animais, para que não sintam dor ou nenhum tipo de angústia e desconforto. O que pode haver são algumas dúvidas em relação a dose certa de anestésicos e analgésicos a serem administrados, a depender da espécie e tamanho, embora existam protocolos de procedimentos que tratam disso, publicados na intranet da Fiocruz-Bahia, mas, o que não deixa dúvidas, é que todos concordam com a afirmação que a legislação prescreve.

Ainda na dimensão “Normas” há a afirmação de que se deve utilizar bloqueadores neuromusculares ou relaxantes, no caso de falta de substâncias sedativas.

A Lei 11.794/2008, Art 14, incisos 6,7 e 8 fala que não se pode utilizar essa prática na pesquisa científica, uma vez que somente as substâncias sedativas podem trazer o efeito de sedação esperado para o conforto do animal submetido a procedimentos científicos.

Pela observação própria e pela análise documental realizada, constata-se que essa questão pode ter trazido certo grau de dificuldade para os respondentes que podem ter considerado as substâncias bloqueadoras neuromusculares como sendo substâncias de sedação, o que não é a mesma coisa.

As respostas revelam que isso pode ter ocorrido, pois 2 (FT) responderam ser muito relevante, 3 consideraram relevante, sendo 2 (E) e 1 (SB).

Os outros 6 responderam que não se aplica, sendo estes 2 (P), 3 (SB) e 1 (FT).

Um funcionário terceirizado do biotério não respondeu, talvez por dúvida, ou talvez tenha feito alguma confusão na hora da resposta.

Quase a metade das respostas (5) na opção muito relevante e relevante e a falta de resposta de uma pessoa, revelaram que há desconhecimento dessa questão por parte de alguns e que é algo que precisa ser reforçado para que seja garantido o zelo e o bem-estar dos animais, pois os bloqueadores neuromusculares e os relaxantes, não substituem as substâncias sedativas, e podem trazer dor e desconforto aos animais.

Essa variação de respostas revela que alguns conhecem, porém outros desconhecem a legislação.

As respostas relacionadas à afirmação presente na Lei 11.794/2008, Art 14, incisos 6, 7 e 8 de Não reutilizar o animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto, obtivemos respostas da seguinte forma: 1 pesquisador, 2 estudantes 2 servidores do biotério e 3 funcionários terceirizados do biotério consideraram muito relevante, enquanto 1 pesquisador e 2 servidores do biotério acharam relevante.

Apenas 1 funcionário terceirizado considerou pouco relevante.

O total de respostas na opção muito relevante e relevante nos mostra que há conhecimento da legislação em relação a este aspecto e o desconhecimento é minoria, havendo relativa uniformidade quanto a este conhecimento, revelada pela opinião das categorias.

A afirmação de que nos procedimentos muito traumáticos, realizar vários procedimentos na vigência de um único anestésico, logo depois sacrificar o animal antes que ele recobre a consciência traz um aspecto muito importante da legislação e que é de grande importância para as pessoas que manipulam com animais ter conhecimento, pois garante que o animal não irá passar um longo tempo em sofrimento. Ela está presente na Lei 11.794/2008, Art. 14 inciso 9.

As respostas obtidas foram: 2 (P), 2 (E) , 1 (SB) e 2 (FT) consideraram como muito relevante, perfazendo um total de 7 nessa opção e 1 servidor do biotério respondeu considerando como relevante.

Os que responderam não se aplica foram 2 (SB) e 1 (FT), enquanto que 1 (FT) não respondeu.

A análise dessas respostas nos revela que há mais conhecimento da legislação do que desconhecimento, em relação a este aspecto.

Pela observação própria constata-se que os pesquisadores e estudantes, que são os que fazem os procedimentos cirúrgicos nos animais, têm um conhecimento maior a respeito desse ponto da legislação.

Os que responderam não se aplica e o que não respondeu, podem desconhecer a legislação por não participarem do processo cirúrgico dos animais.

De maneira geral, a análise das respostas revela que há mais conhecimento que desconhecimento em relação a esse aspecto da legislação.

Com relação ao segundo indicador da dimensão “Normas” que foi o “compartilhamento de informações”, no referencial teórico pesquisado, o qual é a referência para o pressuposto deste estudo, encontramos a afirmação de Frost e Martin (2001) de que a cultura não é algo uniforme numa organização, e que existem várias culturas. Estes também observam que existem diferenças de percepções e de opiniões relacionadas a posições, tarefas, cargos, etc... (FROST; MARTIN, 2001).

A perspectiva da fragmentação analisada por Frost e Martin (2001) enxerga a ambigüidade como aspecto natural e inevitável dentro das organizações e observa que pode haver inconsistências entre políticas formais e as práticas atuais.

Vários outros autores compartilham dessa idéia de variadas culturas dentro de uma organização tais como: Freitas (2007), Schall (1983), Miller (1986), Davis (1984), Fadul e Silva (2009) dentre outros.

Ainda dizem que a cultura é algo aprendido, construído e não inato. (MORGAN, 1996; SROUR, 1998; BASTOS, BORGES-ANDRADE; ZANELLI, 2004; PIRES; MACEDO, 2006).

Dessa forma, a cultura da ética em relação ao sujeito da pesquisa animal é aprendida na medida em que são transmitidos os conhecimentos relacionados a essa temática, e na medida em que são compartilhados esses conhecimentos, mesmo que haja diferenças de percepções e de opiniões relacionadas a posições, tarefa, cargos de cada sujeito, como afirma Frost e Martin (2001).

Na afirmação relacionada a esse indicador que diz que A Fiocruz-Bahia promove o compartilhamento das informações relativas à legislação relacionadas à ética do sujeito da pesquisa animal na pesquisa científica, obtivemos as seguintes respostas: 1 (P), 1 (E), 4 (SB), 1 (FT) responderam que concordam parcialmente. Enquanto que 1 (P), 1 (E) e 1 (FT) concordam plenamente.

As respostas recebidas nos mostram que a Fiocruz-Bahia promove o compartilhamento das informações sobre a legislação, no que diz respeito à ética do sujeito da pesquisa animal, mas que pode fazê-lo ainda mais, pois ainda existem lacunas a serem preenchidas e conhecimentos a serem adquiridos com a potencialização desse compartilhamento.

As aulas de bioética nos cursos de mestrado e doutorado da Fiocruz-Bahia são um veículo para esse compartilhamento. Também são veículos de compartilhamento os seminários, cursos promovidos pelo biotério, pela CEUA, as informações disponibilizadas na intranet da instituição, tudo isso demonstra que há compartilhamento de informações relacionadas a esse aspecto e as respostas obtidas são relativamente uniformes em relação a esse compartilhamento.

4.3 ANÁLISE DAS PRÁTICAS

No questionário aplicado, as questões de 9 a 25 se destinam à verificação das práticas que é a segunda dimensão desse estudo. Dentro da verificação das práticas de estudantes, pesquisadores e funcionários do biotério se tem os seguintes indicadores: Instrumentos, conhecimento da fisiologia do animal, conhecimento de técnicas de manipulação, número de animais solicitados, planejamento da pesquisa, percepção quanto à utilização de meios alternativos ao uso de animais, os quais estão relacionados às questões respondidas.

Dentro dessa dimensão, a afirmação que diz respeito ao primeiro indicador “instrumentos”, é a seguinte: Os instrumentos que a instituição oferece facilitam o manuseio com os animais na pesquisa científica.

Do total respondido, 1 (SB) não concorda com a afirmação, 2 (P), 2 (E), 3 (SB) e 2 (FT) concordam parcialmente. 1 (SB) e 1 (FT) concordam plenamente.

Foi obtido o seguinte comentário: a Fiocruz-Bahia deveria preparar mais e dar mais atenção aos funcionários que manuseiam com animais (somente 1 ocorrência)

Essas respostas revelam uma tensão quando a regularidade das percepções.

Não há um consenso nas respostas que revele que a instituição oferece plenamente os instrumentos necessários à facilitação no manuseio com os animais, revelando que a instituição deve fazer uma reflexão sobre que instrumentos está oferecendo às pessoas que manipulam com animais, se eles são de boa qualidade, se não está faltando algo que seria necessário adquirir.

Como mencionado por Martin e Frost (2001) na perspectiva da fragmentação, consenso e dissenso convivem juntos e as manifestações culturais são interpretadas por uma multiplicidade de modos.

Dessa forma se confirma que, a depender da categoria funcional a qual pertença a pessoa, a sua percepção/visão é diferente da de outra categoria.

Apenas 1 (FT) fez uma colocação dizendo que os funcionários que lidam com os animais deveriam ter mais preparo e ser um alvo de maior atenção por parte da

instituição, revelando assim uma fragilidade em relação a esse aspecto e uma necessidade de treinamento institucional, capitaneado pela diretoria, para aqueles que lidam com animais, sejam eles de qualquer categoria funcional.

Pela observação e pela pesquisa documental realizada, os instrumentos oferecidos pela Fiocruz-Bahia são da melhor qualidade possível, dentro das limitações de compra do serviço público, de forma que o biotério da instituição está entre os melhores e mais bem equipados do Brasil.

Com relação ao indicador “Conhecimento da fisiologia do animal”, ainda dentro da dimensão das “Práticas”, há o questionamento: Você conhece a fisiologia do animal com o qual está lidando?

As opções de respostas foram sim/não. Desta forma, 9 responderam sim, dentre esses, 2 (P), 1 (E), 3 (SB) e 3 (FT) enquanto que 2 responderam não, dentre eles 1 (SB) e 1 (FT). Um estudante não respondeu.

Essa questão revela que há um consenso de respostas no sim, pois a grande maioria, 9 de 12, responderam que conhecem a fisiologia do animal com o qual está lidando, proporcionando ao mesmo um maior cuidado no momento da manipulação. Porém ainda há um espaço a ser preenchido pela instituição quanto ao preparo deste pessoal para manipular com os animais, pois os funcionários que responderam não realizam práticas com os animais, isso não quer dizer que sejam práticas avançadas, como práticas cirúrgicas, mas realizam algum tipo de prática. Essa postura institucional de preparo do pessoal quanto ao conhecimento da fisiologia do animal visa minimizar o hiato entre “Normas” e “Práticas” (FROST; MARTIN, 2001).

O questionamento que se relaciona com o indicador “Conhecimento de Técnicas de Manipulação” que indaga ao respondente se ele teve algum treinamento institucional prévio para lidar com o animal em questão, que por sua vez está relacionado à dimensão Práticas, teve também como opções de respostas o sim e o não.

As respostas foram quase que exclusivamente no sim. 11 pessoas responderam sim, dentre eles 2 (P), 2 (E), 3 (SB) e 4 (FT). Apenas 1 (SB) respondeu que não, mostrando um consenso quanto à essa questão de que foram treinados

pela instituição para realizar as suas tarefas, portanto têm conhecimento das técnicas para manipulação com os animais.

Mostra também que a instituição teve o cuidado em, de alguma forma, treinar essas pessoas.

Embora haja quase que uma uniformidade de respostas dentro das categorias, ainda se encontrou um espaço vazio para atuação da instituição, no que diz respeito ao treinamento nas técnicas de manipulação dos animais.

Outra questão de verificação das práticas foi a que pergunta que tipo de treinamento institucional tiveram as pessoas que manipulam com animais para a experimentação científica.

As respostas foram: curso prático de manipulação de animais (as 4 categorias responderam) e bioterismo, biossegurança (2 vezes), treinamentos com os técnicos mais antigos do biotério para as atividades diárias (2 vezes), aulas teóricas (1 vez) e práticas com colegas e profissionais mais experientes (1 vez).

Essas respostas demonstram também que há um consenso de que existe o treinamento institucional e de que os treinamentos realizados são estes listados anteriormente, pois as respostas coincidem.

Para Freitas (2007), apoiada na antropologia cognitiva, a cultura é vista como conhecimentos compartilhados.

Para o compartilhamento desses conhecimentos, é preciso uma estrutura maior que possa dar o suporte necessário ao compartilhamento e à difusão desses para que eles se incorporem à cultura.

Pela observação e pela pesquisa documental realizada, pudemos observar que a instituição promove cursos de biossegurança para a entrada dos estudantes nos laboratórios, tem aulas teóricas de bioética, mas precisa capitanear o curso de manipulação de animais como um curso obrigatório para todos que pretendem entrar no biotério para fazer qualquer tipo de manipulação com animais, uma vez que este curso está suspenso temporariamente. Somente as práticas com colegas mais experientes e com funcionários experientes não são suficientes para o aprendizado, porque este pode se tornar muito superficial e informal.

Sob este aspecto, a instituição precisa amadurecer a possibilidade de realizar um treinamento formal, nos moldes do curso de biossegurança, destinado a todos que manipulam com animais, para melhor compartilhar esses conhecimentos.

A afirmação os animais têm algum grau de sensações e sentimentos, capacidades cognitivas e não se comportam apenas instintivamente, e essas sensações e sentimentos podem exercer influência no resultado da pesquisa tem relação com o indicador “conhecimento da fisiologia do animal”, ou seja, conhecimento da totalidade de reações do animal com o qual se está manipulando, e esse indicador ainda está ligado à dimensão “Práticas”.

As respostas foram: 3 concordam parcialmente, sendo eles 1 (E), 1 (SB) e 1 (FT) e 9 concordam plenamente, sendo 2 (P), 1 (E), 3 (SB) e 3 (FT).

Diante da maioria das respostas concordando com a afirmação, mesmo que seja parcialmente (3), isso demonstra que existe consenso de opiniões em todas as categorias funcionais quanto a esta questão e eles sabem que isso pode influenciar no resultado das pesquisas.

Dentre os comentários sobre a afirmação anterior se destacam pela relevância e repetição, os seguintes: Os animais precisam de cuidados, pois têm sentimentos iguais aos seres humanos, os animais de laboratório são seres vivos e têm sensações de dor, sociabilidade, stress..., diversas pesquisas têm sofrido a influência do comportamento do animal e outras têm sido realizadas baseadas no comportamento animal.

Há a observância de uma grande sensibilidade e consciência das pessoas envolvidas em relação à causa do zelo e bem-estar dos animais sujeitos à pesquisa. Alguns colocam que eles têm sentimentos iguais aos dos seres humanos, com percepções diferentes. Os humanos sentem dor, se sociabilizam, sentem stress e os animais também.

O conhecimento da fisiologia do animal influencia nas práticas, pois torna mais eficiente a manipulação com ele, quanto à maneira de segurar, de inocular, de administrar drogas, retirar órgãos, realizar cirurgia, de sacrificar; de maneira que não sintam dor ou desconforto, pois, já que é necessária a utilização dos animais na pesquisa, que seja de forma consciente e humanitária.

Do questionamento aos respondentes sobre que tipo de conhecimento eles acham que deve ter aqueles que manipulam com animais? Pede-se que liste ao menos 3 que sejam do conhecimento deles.

As respostas mais freqüentes foram: eutanásia, administração de drogas, conhecimento da fisiologia da espécie, aspectos éticos da experimentação e da legislação sobre o tema, conhecimento de técnicas de manipulação e contenção, biossegurança, noções de higiene pessoal, instrumental e ambiental (monitoramento ambiental), conhecimento das boas práticas de laboratório, comportamento do animal, nutrição do animal, anestésicos e analgésicos e técnicas e procedimentos ao qual o animal será submetido, conhecimentos oferecidos pelo biotério, pela CEUA e disponibilizados *on-line* pela instituição. (p.ex., os 7 protocolos de procedimentos da CEUA, grifo próprio).

Essas respostas acima resumem, sem repetições, as respostas das 4 categorias respondentes e refletem a noção ampla que têm os respondentes a respeito do tema em questão. Todas as respostas apontadas por eles são de grande importância para aperfeiçoar as práticas com os animais.

Pela observação própria, foi constatado que é necessária uma revisão constante dos protocolos de procedimentos da CEUA, pois existem variáveis que podem mudar de uma espécie para outra. Cada espécie tem suas especificidades e um procedimento que cabe a uma espécie, pode não caber para outra. Depende de idade, peso, raça, etc..., por isso esses protocolos devem ser revistos conforme cada espécie e é muito importante que sejam devidamente compartilhados entre os usuários de animais, para mais uma vez, melhorar as práticas.

A afirmação a seguir está relacionada ao indicador “número de animais solicitados”, dentro da dimensão “Práticas” e afirma o seguinte: Diante da significância da sua pesquisa ou da pesquisa científica de maneira geral para a sociedade se justifica a requisição de qualquer quantidade de animais para a execução dos experimentos científicos.

A essa questão, as respostas foram variadas. Seis pessoas não concordaram, dentre eles 1 (E), 3 (SB) e 2 (FT). À não concordo parcialmente, somente 2 responderam, 1 (SB) e 1 (FT). Concordo parcialmente foi respondido por 3 pessoas, 1 (P), 1 (E), 1 (FT). Concordo plenamente foi respondido por 1 (P).

Isso demonstra que não existe consenso entre as categorias com relação a esta questão. O número de animais solicitados é um grande entrave à aprovação ética dos projetos de pesquisa, conforme constatado na pesquisa documental. Se a quantidade de animais solicitada não for bem justificada com um desenho experimental que demonstre a real necessidade da quantidade em todas as etapas da pesquisa, este fica com pendências até que isto seja apresentado e os animais não são liberados até que isso se cumpra.

A grande variedade de respostas dessa questão mostra que as pessoas têm percepções diferentes quanto a essa questão, que os estudantes e pesquisadores concordam, parcialmente ou plenamente, com essa afirmação, pois têm em mente em primeiro lugar os projetos de pesquisa e os seus resultados. A prática atual é influenciada por essas percepções, pois, às vezes, há requisições de grande quantidade de animais sem uma justificativa da necessidade. Uma justificativa que geralmente se aceita é a presença de um desenho experimental detalhado, onde esteja presente a real necessidade dos animais em todas as etapas da pesquisa.

Dessa forma, se confirma nessa questão que existe consenso e dissenso e que ambos convivem juntos, e que a depender do segmento cultural a que pertença o indivíduo, as percepções, opiniões e interesses podem ser diferentes.

Sobre os comentários a respeito dessa afirmação anterior, obtivemos os seguintes: desde que essa requisição seja bem justificada e o estudo seja bem planejado e relevante, se justifica a requisição de qualquer quantidade, respondida por um pesquisador, é desnecessário solicitar uma quantidade abusiva de animais, deve-se utilizar o mínimo necessário, respondida por um terceirizado do biotério. Outro comentário que foge ao padrão de respostas, mas que é importante ressaltar, é que se devem usar tantos animais quantos forem necessários para que exista uma relevância dos dados, feita por um estudante.

Como foi visto anteriormente, os pesquisadores e estudantes se preocupam com bem estar do animal, mas têm o foco no resultado da sua pesquisa, com as respostas ao seu estudo, por isso, tendem a serem mais flexíveis nessa questão da quantidade de animais. Porém essa prática é bastante regulada pela CEUA, que constantemente condiciona a aprovação dos projetos ao ajuste da quantidade de animais.

A afirmação abaixo tem relação com o indicador “Percepção quanto à utilização de métodos alternativos ao uso dos animais”, dentro da dimensão “Práticas”, e traz a seguinte afirmação: É bom desenvolver a pesquisa científica com métodos alternativos à utilização de animais. (p.ex. softwares que fazem simulações, meios de cultura, etc...)

As respostas também foram variadas, com 2 não concordando parcialmente, sendo 1 (P) e 1 (FT). Uma pessoa considerou ser indiferente, sendo esta (SB). 5 concordaram parcialmente, sendo 2 (E), 1 (SB) e 2 (FT). Concordam plenamente, foram 1 (P) e 2 (SB) e 1 (FT) não respondeu.

A grande variedade de respostas demonstra que as pessoas se dividem em relação a essa questão que também é bastante polêmica.

Podemos perceber que mesmo dentro da mesma categoria existe discordância, 1 pesquisador, que não concorda parcialmente e o outro que concorda plenamente.

Essa questão é marcada pelo dissenso nas opiniões dos respondentes.

Ela foi colocada para que pudéssemos perceber se as práticas com outros meios eram possíveis e desejadas, em vez de sacrifício de animais, e se ela podia trazer resultados confiáveis.

Como as opiniões se dividem isso reforça que o consenso e dissenso convivem juntos, e que o consenso é temporário, é transitório e limitado a alguns temas (Frost; Martin, 2001), mesmo dentro de uma mesma categoria funcional.

Sobre os comentários solicitados a respeito da afirmação anterior, obtivemos o seguinte: Infelizmente ainda não existem alternativas que substituam os ensaios com os animais, que métodos alternativos poderiam ser utilizados de forma paralela de maneira que os animais fossem usados apenas nos experimentos que não pudessem alcançar resultados com métodos alternativos, mas que sejam utilizados de forma consciente e que existem inferências que não podem ser feitas a partir de modelos ou softwares.

Outro comentário relevante é que não se trata de ser bom ou ruim, trata-se da confiabilidade dos resultados.

As pessoas que lidam com animais sabem que atualmente não existem outros métodos mais confiáveis de se obter respostas para os experimentos científicos que não seja com animais.

Srouf (2008) fala da ética de responsabilidade onde se sacrifica alguns para o bem de uma maioria. Os animais são sacrificados nas pesquisas, pois as intervenções realizadas não podem ser feitas nem em humanos, nem por outros meios como simulações por computador, de forma que traga resultados confiáveis. Os animais são sacrificados na busca de um bem maior, que é a tentativa de se descobrir a cura para várias doenças que acometem os humanos, procurando melhorar a qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, todo esse sacrifício é feito com vistas a um bem maior.

A afirmação relacionada com o indicador “Planejamento da Pesquisa”, dentro da dimensão “Práticas” traz a seguinte afirmação: Para a execução da pesquisa científica utilizando animais é importante a existência de um planejamento com tempo certo de inocular, observar e sacrificar.

Foi respondida da seguinte forma: uma pessoa respondeu que concorda parcialmente, sendo esta (SB), as outras 10 pessoas responderam que concordam plenamente, sendo estas 2 (P), 2 (E), 3 (SB), 3 (FT). Um (FT) não respondeu.

Essas respostas nos mostram uniformidade na percepção de que para se ter uma boa prática, é necessário planejar, para evitar manipulação excessiva dos animais, podendo trazer dor e desconforto. Mostra que há consenso em relação à necessidade do planejamento da pesquisa entre as categorias funcionais.

Foi colocado um espaço para comentários livres sobre o uso dos animais na pesquisa científica.

Os comentários foram muito ricos e esclarecedores.

Foram os seguintes: A pesquisa com uso de animais mostra resultados mais confiáveis para a sociedade, que alguns animais são solicitados e depois esquecidos pelos usuários, indicando uso indiscriminado de animais. Uma colocação de grande relevância é que o uso dos animais na pesquisa, embora penoso, ainda é necessário, mas que se faça de forma consciente e responsável para que o desenvolvimento científico não seja feito à custa do extermínio de espécies e da dor dos animais.

Foi colocado também que a legislação e as CEUA's têm o objetivo de racionalizar o uso de animais para experimentação e que estas devem trabalhar a favor da ciência, não sendo um entrave burocrático, revelando a preocupação de que a pesquisa siga os seus rumos para que possam dar resultados concretos à sociedade.

Há preocupação de que a pesquisa possa trazer bem-estar e a qualidade de vida para a sociedade, mas vemos também a preocupação e o zelo com o animal alvo da pesquisa, para que este não seja usado de forma indiscriminada.

Isso revela o nível de consciência das pessoas que utilizam os animais para a execução da pesquisa científica. Eles colocam que “ainda é necessária”, mas não é desejada a utilização dos animais. Há que se fazer de forma consciente para que o desenvolvimento científico traga uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas que não seja infringindo dor aos animais.

4.4 ANÁLISE DO CONSENSO E DISSENSO

Esta é a terceira dimensão deste estudo e busca verificar se há conformidade entre a primeira dimensão, “Normas” e a segunda “Práticas”.

Procurou-se verificar também o consenso e o dissenso entre as categorias funcionais, pois estes exercem influência também no resultado de conformidade ou desconformidade com a legislação.

Pode haver consenso ou dissenso entre essas duas dimensões, influenciando as práticas, por conta da diversidade de interpretações dos indivíduos pertencentes a cada categoria funcional (MORGAN, 1996; PIRES; MACEDO APUD FLEURY; FISHER, 1989; FROST; MARTIN, 2001).

Mais uma vez citando Frost e Martin (2001), na perspectiva da fragmentação temos que a ambigüidade é um aspecto normal e inevitável dentro das organizações. Consenso e dissenso convivem juntos, e que pode haver inconsistências entre políticas formais e práticas atuais. (FROST; MARTIN, 2001), assim como outros autores que partilham da mesma opinião de variadas culturas e variadas percepções e interpretações.

Com relação à legislação, o que pudemos observar é que as pessoas têm conhecimentos sólidos dos aspectos mais importantes da legislação, especialmente entre aqueles que mantêm um vínculo formal com a instituição, que estão lidando nas suas atividades cotidianas com animais, revelando consenso.

Todos os respondentes apontaram como de grande importância a solicitação do número de animais para a pesquisa, conforme aponta o inciso 3, Art. 14 da Lei 11.794/2008, mas as respostas dos questionários apontaram variadas percepções. Alguns colocaram que se deve usar o mínimo necessário para a pesquisa evitando assim o uso desnecessário e o sofrimento dos animais, mas ao mesmo tempo na questão relacionada a isso na dimensão “Práticas”, que afirma que diante da relevância da pesquisa, se justifica a requisição de qualquer quantidade de animais, as categorias não entraram em consenso com relação a esse aspecto, havendo dissenso quando comparadas as dimensões “Normas” e “Práticas”.

Houve grande variedade de respostas que mostram que as pessoas têm percepções diferentes quanto a essa questão. Os estudantes e pesquisadores concordam, parcialmente ou plenamente, com a requisição de qualquer quantidade, desde que devidamente justificada, pois têm foco nos seus projetos de pesquisa com os seus prazos e os seus resultados.

As respostas a esta questão nos mostram certo ponto de conflito com a legislação, mas não tanto. As pessoas que defendem que se deve utilizar qualquer quantidade, ou seja, tantos quantos forem necessários, fazem a ressalva de que essa quantidade deve ser bem justificada em um estudo devidamente relevante.

Quanto às questões que foram colocadas e que não faziam parte da legislação, na dimensão “Normas” foram respondidas em conformidade com as leis, sem divergências por parte das categorias, mostrando consenso.

As questões que falam da dor e sedação, na dimensão “Normas” também responderam com uniformidade mostrando que existe conhecimento da legislação em relação a esse aspecto, nos levando a crer que as práticas são influenciadas pelo conhecimento, e que existe consenso em relação a isso entre as categorias e com a legislação. O que não resta dúvidas é que todos concordam com a afirmação que a legislação prescreve.

Pela observação dos fatos, pela análise documental realizada e pelo conhecimento demonstrado pelos respondentes a respeito da legislação, na questão que fala do uso de bloqueadores neuromusculares ou relaxantes, no caso de falta de substâncias sedativas, dentro da dimensão “Normas” eles podem ter se equivocado quanto à afirmação. Essa questão pode ter trazido certo grau de dificuldade para eles que podem ter considerado as substâncias bloqueadoras neuromusculares como sendo substâncias de sedação, o que não é a mesma coisa. Existe então uma dualidade de interpretação nessa questão relativa à legislação, havendo certo dissenso entre as categorias e também em relação à legislação. Entretanto não se pode caracterizar como propriamente o dissenso entre a legislação e as práticas, se for realmente o caso de equívoco. Não se tratando de equívoco, sabendo as pessoas que substâncias bloqueadoras neuromusculares ou relaxantes não substituem as sedativas, há dissenso em relação à legislação.

Quanto a não reutilizar o animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto, dentro das dimensões “Normas”, as respostas demonstraram nas opções muito relevante e relevante que há conhecimento da legislação em relação a este aspecto e o desconhecimento é minoria, apenas 1.

Nesse caso, a maioria das respostas está em consenso com a legislação.

Na afirmação que nos procedimentos muito traumáticos, realizar vários procedimentos na vigência de um único anestésico, logo depois sacrificar o animal antes que ele recobre a consciência, dentro da dimensão “Normas” há uma concentração de respostas que estão em conformidade com a legislação. A análise dessas respostas nos mostra que há mais conhecimento da legislação do que desconhecimento, em relação a este aspecto, principalmente entre pesquisadores e estudantes que são os que fazem procedimentos cirúrgicos nos animais.

Quanto ao compartilhamento das informações, na dimensão “Normas” relativas à legislação relacionadas à ética do sujeito da pesquisa animal na pesquisa científica na Fiocruz-Bahia, as respostas de todas as categorias giram em torno da concordância, parcial ou plena, levando a crer que existe um consenso entre as categorias, bem como com a legislação que deve ser divulgada e compartilhada para que seja cumprida.

Em relação à afirmação de que a instituição oferece instrumentos que facilitam o manuseio com animais, dentro da dimensão “Práticas” não há consenso entre as categorias de que os instrumentos oferecidos pela instituição são os melhores para o manuseio com animais, e isso é de grande influência nas práticas e pode levá-las a não serem em conformidade com a legislação.

Com relação a todas as outras questões houve mais consenso que dissenso nas respostas, tanto entre as categorias funcionais quanto na relação entre a legislação e as práticas.

As discordâncias estão mais presentes em afirmações sobre o número de animais solicitados na pesquisa, dentro das dimensões “Normas” e também “Práticas” onde os pesquisadores e estudantes colocaram que se deve pedir o que for necessário para produzir resultados confiáveis, desde que bem justificados, e os outros respondentes que se deve solicitar a quantidade mínima de animais para evitar o sofrimento destes. Ambas as colocações não ferem a legislação, que aponta

que se deve solicitar o mínimo necessário para produzir resultados, havendo um consenso com a legislação, embora haja discordância de opiniões dentro das categorias.

Outro ponto que foi polêmico foi sobre desenvolver a pesquisa científica com métodos alternativos à utilização de animais. (p.ex. softwares que fazem simulações, meios de cultura, etc...), dentro da dimensão “Práticas”.

A legislação apenas cita que para evitar o uso desnecessário dos animais, para fins didáticos, sempre que possível, as práticas de ensino devem ser filmadas, fotografadas ou gravadas para ilustração de práticas futuras, mas não menciona a obrigatoriedade do uso de métodos alternativos.

A grande variedade de respostas demonstra que as pessoas se dividem em relação a essa questão que é bastante polêmica.

Essa questão é marcada pelo dissenso nas opiniões dos respondentes, mas não dissenso em relação à legislação.

Pelos comentários feitos a essa questão, pela observação e análise documental, pudemos perceber que não há satisfação na realização da pesquisa com animais e sim necessidade, como destaca Srour (2008) na ética de responsabilidade que diz que o que importa nesse caso é o resultado final das ações e que a bondade dos fins justifica os meios.

Enfim, os pontos de consenso com a legislação são maiores, e os de dissenso menores. Os pontos de consenso entre as categorias respondentes também são maiores do que os de dissenso, revelando que o conhecimento a respeito da legislação que trata da proteção ao sujeito da pesquisa animal é difundida e conhecida entre os que manipulam com animais.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi compreender como se processa a ética em relação ao sujeito da pesquisa na Fiocruz-Bahia, isto é, como é a cultura das pessoas que lidam com os animais na experimentação científica, já que o sujeito da pesquisa alvo desse estudo foram os animais.

O que se verificou foi que as pessoas envolvidas na pesquisa são muito conscientes em relação aos animais e que todos conhecem suficientemente as regras, normas, leis e regulamentos que tratam da experimentação científica com animais.

O senso ético dessas pessoas que lidam com animais é bastante desenvolvido, e elas conhecem as especificidades da espécie com a qual lidam, de forma que as práticas estão bem ajustadas em relação à legislação.

As idéias sobre a proteção aos animais sujeitos à pesquisa, no sentido de minimizar dor, sofrimento e desconforto, são fortemente compartilhadas pelas categorias pesquisadas e todos concordam no que diz respeito à utilização humanitária dos animais.

A postura dos respondentes demonstra que há bastante responsabilidade em relação à sua atuação profissional e que há respeito pelo animal que se submete a pesquisa.

Nos resultados obtidos, destacam-se: os pontos de concordância foram maiores que os de discordância; e, embora a cultura do sujeito da pesquisa não seja completamente uniforme na Fiocruz-Bahia, é bastante compartilhada entre os usuários dos animais; os pontos de conflito não chegam a apontar uma multiplicidade de interpretações culturais ou falta de uniformidade cultural na instituição em relação à temática; os pontos divergentes entre a legislação e as práticas são mínimos e podem ser ajustados pela organização com uma política de cursos de manipulação de animais oferecidos, no qual sejam abordados pontos fundamentais da legislação em relação às práticas e que o uso de animais na pesquisa é por uma questão de extrema necessidade, por produzir os resultados mais confiáveis, mas não há nenhum prazer nisso. Ela é uma atividade necessária, mas não desejada.

Desta forma, os objetivos geral e os específicos foram cumpridos e foi confirmado o pressuposto de que consenso e dissenso podem conviver juntos, que o consenso é limitado a alguns temas e que existem diferenças de percepções e de opiniões relacionadas a posições, tarefas, cargos e interesses dentro da mesma organização.

Diante das conclusões obtidas com esse trabalho, fica claro que cabem melhorias a serem consideradas pela organização e pontos para a reflexão de todos, diante desse contexto nacional e internacional de cuidado e proteção com os animais.

Um ponto a ser considerado é a revisão constante dos protocolos de procedimentos da CEUA, quanto à coleta de sangue, anestesia, eutanásia, imunização, administração de drogas, infecção e obtenção e cultura de macrófagos peritoneais inflamatórios e quaisquer outros que venham a ser aprovados, haja vista que esses procedimentos podem variar segundo a espécie, idade, tamanho, etc... .

Por outro lado, houve um comentário bastante significativo ressaltando que a CEUA e a legislação são instâncias de regulação, mas não podem ser um entrave burocrático à execução dos projetos de pesquisa.

Com base nos resultados da pesquisa, recomenda-se que a Fiocruz-Bahia procure refletir sobre os instrumentos disponibilizados para o manuseio com os animais, quanto à adequação e uma possível melhoria; e, como dito anteriormente, promova um curso de manipulação de animais, de forma que seja obrigatório para todos que pretendem fazer uso de animais nas suas pesquisas ou utilizar o biotério. Que este treinamento seja de uma maneira formal, deixando a informalidade do treinamento com estudantes mais experientes e servidores mais experientes.

Espera-se que esse trabalho tenha oferecido alguma contribuição para a Fiocruz-Bahia no sentido de servir como base para a reflexão quanto ao uso dos animais na pesquisa científica, mostrando que o uso deles é somente por uma questão de necessidade, já que é o que traz resultados mais confiáveis, e, como diz o ditado popular, é “um mal necessário”.

Dessa forma, espera-se poder contribuir com a reflexão da utilização humanitária dos animais na pesquisa, para que não seja de forma indiscriminada e precária, pois o sacrifício dos mesmos é apenas visando trazer um bem maior à

humanidade. Para isso, espera-se contribuir para a reflexão de um desenvolvimento científico feito de forma clara, consciente e humanitária e não à base da dor e sacrifícios desnecessários de animais que não têm voz para se defender.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. V. B.; BORGES-ANDRADE, J. E.; ZANELLI, J. C. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). **Resolução nº 879**, de 15 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre o uso de animais no ensino e na pesquisa e regulamenta as comissões de ética no uso de animais (CEUAs) no âmbito da Medicina Veterinária e da Zootecnia brasileiras.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Lei nº 11.794**, de 08.10.2008, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 251 de 07 de agosto de 1997**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Manual Operacional para comitês de ética em pesquisa**. Brasília, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 292** de 08 de julho de 1999.

CAMURI, W. C. Cultura Organizacional e as relações de poder dos fundadores empresariais. **Revista de Ciências Gerenciais**, v.XII, n. 14, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Comissões do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em <<http://www.conselho.saude.gov.br>>. Acesso em 30 set. 2011.

DE DOMENICO, S. M. R.; LATORRE, S. Z.; TEIXEIRA, M. L. M. **A Relação entre tipos de cultura organizacional e valores organizacionais.** In: ENCONTRO DA AMPAD 30., 2006, Salvador-Bahia. 2006.

FADUL, É.; SILVA, L. P. Cultura Organizacional: Diversidade de Interpretações e Possibilidades de Estudo no Contexto das Organizações Públicas. In: ENCONTRO AMPAD 33., São Paulo.

Fiocruz-Bahia. Disponível em:

<http://www.cpqgm.fiocruz.br/arquivos/bioterio/bioterio_apostilha.pdf>. Acesso em 10 fev. 2012.

Fiocruz-Bahia. **Estatuto da CEUA.** 2009.

FIOCRUZ-BAHIA. **Área do comitê de ética envolvendo seres humanos.** INTRANET. Disponível em: <<http://intranet.bahia.fiocruz.br/>>. Acesso em 30 jul. 2011.

FIOCRUZ-BAHIA. **Área do comitê de ética no uso de animais.** INTRANET. Disponível em: <<http://intranet.bahia.fiocruz.br/>>. Acesso em 02 agos. 2011.

FIOCRUZ-CPqGM. Disponível em: <<http://www.cpqgm.fiocruz.br>>. Acesso em: 30 set. 2011.

FIOCRUZ-CPqGM. **Resolução nº 10**, Art. 5. Disponível em: <
<http://intranet.bahia.fiocruz.br/>>. Acesso em 07 jan. 2012 .

FREITAS, M. E. de **Cultura organizacional: evolução e crítica**. Thomson Learning, 2007. (Coleção Debates em Administração).

FROST, P.; MARTIN, J. **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. Organizadores da versão brasileira Miguel Caldas; Roberto Fachin e Tânia Fisher. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2, p. 219-251.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 18 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zarázar Editora, 2005.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: <<http://mct.gov.br>>. Acesso em 07 jan. 2012.

MORGAN, G. **Imagens da organização**/Gareth Morgan: Tradução de Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Á. de F.; TAMAYO, Á. Inventário de perfis de valores organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 39, n. 2, p.129-140, abr/jun. 2004.

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAULA, A. P. P.; PALASSI, M. P. **Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural** In Simbolismo Organizacional no Brasil, Carrieri, A.P; Saraiva, L.A.S. (orgs.) – São Paulo: Atlas, 2007

PERSSON, M. de M. **Cultura Petrobrás: a percepção da força de trabalho da área de comunicação da unidade de negócios da Argentina.** 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PIRES, J. C. de S.; MACÊDO, K. B. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil,** RAP, Rio de Janeiro, 2006.

SROUR, R. H. **Ética empresarial: o ciclo virtuoso dos negócios,** 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações.** São Paulo: Editora Campus, 1998.

UNESCO. **Declaração universal dos direitos dos animais.** 1978.

APÊNDICE

Foi enviado, junto com questionário, o texto que segue abaixo:

Assunto: Questionário verificação da ética em relação ao sujeito da pesquisa animal na Fiocruz-Bahia

Prezados (as) Senhores (as),

O questionário hospedado no link abaixo é um instrumento de pesquisa utilizado no estudo que estou desenvolvendo sobre a Verificação da Ética em Relação ao Sujeito da Pesquisa Animal na Fiocruz-Bahia, no curso de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Federal da Bahia.

Solicito que, por gentileza, respondam a ele de maneira espontânea e façam os comentários que acharem pertinentes.

Asseguro que será resguardado o sigilo, de forma que não será revelada a identidade do respondente, somente se saberá se o mesmo é pesquisador, estudante, funcionário do biotério ou funcionário terceirizado do biotério.

Ressalto que a participação dos senhores é de extrema importância para a finalização deste estudo, por isso conto com vocês.

Muito Grata,

Rosane Archanjo Reis

Estudante do Mestrado Profissional em Administração - UFBA/Turma Fiocruz

<https://qtrial.qualtrics.com/SE/?SID=SV_5c330ltyeQVSxr6>

Segue abaixo o modelo do questionário aplicado.

Por favor identifique o seu vínculo com a Fiocruz-Ba

Pesquisador ()

Estudante ()

Servidor efetivo do
Biotério ()

Funcionário terceirizado do
Biotério ()

1) Avalie a relevância dos pontos indicados a seguir sobre o uso de animais na pesquisa científica.

a) Evitar o uso desnecessário dos animais procurando utilizar o número mínimo indispensável para produzir um resultado conclusivo

Muito relevante Relevante () Pouco relevante Irrelevante () Não se aplica ()

b) Colocar os animais sujeitos aos experimentos ao ar livre, sempre que possível, para que possam respirar melhor

Muito relevante Relevante () Pouco relevante Irrelevante () Não se aplica ()

c) Utilizar a sedação (anestesia ou analgesia) em procedimentos que possam causar dor e angústia, inclusive no pós-operatório

Muito relevante Relevante () Pouco relevante Irrelevante () Não se aplica ()

d) Utilizar bloqueadores neuromusculares ou relaxantes, no caso de falta de substâncias sedativas

Muito relevante Relevante () Pouco relevante Irrelevante () Não se aplica ()

e) Não reutilizar o animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto

Muito relevante Relevante () Pouco relevante Irrelevante () Não se aplica ()

f) Nos procedimentos muito traumáticos, realizar vários procedimentos na vigência de um único anestésico, logo depois sacrificar o animal antes que ele recobre a consciência

Muito relevante Relevante () Pouco relevante Irrelevante () Não se aplica ()

2) A Fiocruz-Bahia promove o compartilhamento das informações relativas à legislação relacionadas à ética do sujeito da pesquisa animal na pesquisa científica.

Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo plenamente ()

Caso julgue necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.

3) Os instrumentos que a instituição oferece facilitam o manuseio com os animais na pesquisa científica.

Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo plenamente ()

Caso julgue necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.

4) Você conhece a fisiologia do animal com o qual está lidando?

Sim () Não ()

5) Você teve algum treinamento institucional prévio para lidar com este animal?

Sim () Não ()

Que tipo de treinamento? Caso julgue necessário, comente a sua resposta.

6) Os animais têm algum grau de sensações e sentimentos, capacidades cognitivas e não se comportam apenas instintivamente, e essas sensações e sentimentos podem exercer influência no resultado da pesquisa.

Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo plenamente ()

Caso julgue necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.

7) Sob o seu ponto de vista, qual o tipo de conhecimento que deve ter quem manipula com animais? Que tipo de técnicas deve conhecer? Por favor, liste ao menos 3 que seja do seu conhecimento.

8) Diante da significância da sua pesquisa ou da pesquisa científica de maneira geral para a sociedade se justifica a requisição de qualquer quantidade de animais para a execução dos experimentos científicos.

Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo plenamente ()

Caso julgue necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.

9) É bom desenvolver a pesquisa científica com métodos alternativos à utilização de animais. (p.ex. softwares que fazem simulações, meios de cultura, etc...)

Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo plenamente ()

Caso julgue necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.

10) Para a execução da pesquisa científica utilizando animais é importante a existência de um planejamento com tempo certo de inocular, observar e sacrificar.

Não concordo () Não concordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo plenamente ()

Caso julgue necessário, faça um breve comentário a respeito da opção escolhida.

11) Este espaço é para quem quiser acrescentar algum comentário livre sobre o uso de animais na pesquisa científica